

Iniciativa Internacional de Proteção do Clima 2015

Proposta de Projeto

ao

Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança de Reatores Nucleares (BMUB)

Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecosistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial – TEEB Regional-Local

Assinatura: 15_IV_006_BRA_G_Biodiversitätsschutz_unternehmerisches Handeln_Aufstockung
(EKF Projekt)

(anteriormente: 11_IV+_006_BRA_G_Biodiversitätsschutz_unternehmerisches Handeln)
GIZ PN 12.9005.5

(Proposta de modificação e inclusão)

apresentada por

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ (Agência Alemã de Cooperação Internacional)

Devem ser juntados os seguintes anexos:

<input checked="" type="checkbox"/>	Anexo 1: Parceiros de execução/subcontratados
<input checked="" type="checkbox"/>	Anexo 2: Gráfico de barras do cronograma do projeto
<input checked="" type="checkbox"/>	Anexo 3: Demanda de recursos e financiamento

Dr. Dirk Aßmann
BMUB Coordenação de Área
Ásia/Pacífico, América Latina/Caribe

Local, data

Mohamed El-Khawad
Chefe do Escritório de Intermediação BMUB

1 Dados gerais																																															
1.1 Projeto	Assinatura	15_IV_006_BRA_G_Biodiversitätsschutz_unternehmerisches Handeln_Aufstockung (EKF Projekt) (anteriormente: 11_IV+_006_BRA_G_Biodiversitätsschutz_unternehmerisches Handeln)																																													
	Título do projeto	Conservação da biodiversidade através da integração de serviços ecossistêmicos em políticas públicas e na atuação empresarial – TEEB Regional-Local (inclusão do componente Contas Econômicas Ambientais e extensão do prazo).																																													
	País(es) executor(es)	Brasil																																													
	Duração	08/2012-05/2019 (extensão do prazo)																																													
	<table border="1"> <tr> <td>Recursos de terceiros</td> <td></td> <td>0,00 €</td> </tr> <tr> <td>Subvenções de terceiros:</td> <td></td> <td>0,00 €</td> </tr> <tr> <td>Subtotal:</td> <td></td> <td>0,00 €</td> </tr> <tr> <td>Volume financiado pelo do BMUB</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>2012</td> <td>301.388,77 €</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2013</td> <td>528.423,08 €</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2014</td> <td>1.114.823,18 €</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2015</td> <td>950.000,00 €</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2016</td> <td>1.200.000,00 €</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2017</td> <td>1.100.000,00 €</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2018</td> <td>1.000.000,00 €</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2019</td> <td>305.364,97 €</td> </tr> <tr> <td>Subtotal:</td> <td></td> <td>6.500.000,00 €</td> </tr> <tr> <td>Volume total financiado:</td> <td></td> <td>6.500.000,00 €</td> </tr> <tr> <td>Contribuições do parceiro:</td> <td></td> <td>4.500.000,00 €</td> </tr> </table>	Recursos de terceiros		0,00 €	Subvenções de terceiros:		0,00 €	Subtotal:		0,00 €	Volume financiado pelo do BMUB				2012	301.388,77 €		2013	528.423,08 €		2014	1.114.823,18 €		2015	950.000,00 €		2016	1.200.000,00 €		2017	1.100.000,00 €		2018	1.000.000,00 €		2019	305.364,97 €	Subtotal:		6.500.000,00 €	Volume total financiado:		6.500.000,00 €	Contribuições do parceiro:		4.500.000,00 €	
Recursos de terceiros		0,00 €																																													
Subvenções de terceiros:		0,00 €																																													
Subtotal:		0,00 €																																													
Volume financiado pelo do BMUB																																															
	2012	301.388,77 €																																													
	2013	528.423,08 €																																													
	2014	1.114.823,18 €																																													
	2015	950.000,00 €																																													
	2016	1.200.000,00 €																																													
	2017	1.100.000,00 €																																													
	2018	1.000.000,00 €																																													
	2019	305.364,97 €																																													
Subtotal:		6.500.000,00 €																																													
Volume total financiado:		6.500.000,00 €																																													
Contribuições do parceiro:		4.500.000,00 €																																													
1.2 Proponente	Nome	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ [Agência Alemã de Cooperação Internacional]																																													
	Departamento	Ásia/Pacífico, América Latina/Caribe																																													
	Endereço	Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5																																													
	CEP, Local	65760 Eschborn																																													
	País	Alemanha																																													
	Interlocutor	Dr. Dirk Aßmann																																													
	Telefone	+49 6196 79-1232																																													
	Telefax	+ 49 6196 79-801232																																													
	E-mail	dirk.assmann@giz.de																																													
	Internet	www.giz.de																																													
	Instituição	Durchführungsorganisation																																													
	Natureza jurídica	GmbH (Sociedade por cotas de responsabilidade limitada)																																													
	Utilidade pública	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não																																													
Número total de colaboradores	16.510 no mundo (31/12/2013)																																														

	<p>Colaboradores alocados para o projeto 12 (4 especialistas enviados (96,2 FKM), 1 cooperante (16 FKM), 5 especialistas nacionais (194 FKM), 1 técnico administrativo (76 FKM) e 1 PMI (2FKM))</p> <p>Ano de fundação 2011 (antiga GTZ 1975)</p> <p>Movimentação de recursos [€/ano] 2.030.000.000 EUR (31.12.2014)</p> <p>Experiência na região alvo [anos] 22</p> <p>Experiência em atividades relevantes para o projeto [anos] 20</p> <p><u>Papel/função do proponente no projeto</u> A Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) assume o papel de organização executora em nome do BMUB.</p>
<p>1.3 Parceiros para a integração no país executor / na região alvo</p>	<p>A instituição parceira será o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF, responsável pela coordenação e articulação política do projeto, interlocução com os demais parceiros e atores regionais e locais, bem como pela difusão e ampliação de escala das experiências no âmbito nacional.</p> <p>Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF Secretária: Ana Cristina Fialho de Barros (ana-cristina.barros@mma.gov.br) SEPN 505 - Bloco B - Ed. Marie Prendi Cruz - 4º andar 70.730-540 - Brasília/DF Tel. +55 61 2028 2149, Fax +55 61 2028 2149</p> <p>Com a assinatura do contrato de execução, no qual serão acordados os detalhes de implementação, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) terá, como responsável político, o direito de solicitar os serviços a serem executados diretamente à GIZ.</p> <p>O Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) pode exercer seus direitos provenientes do contrato, especialmente aqueles decorrentes do acordo-quadro, sem anuência do responsável político MMA.</p>
<p>1.4 Parceiros executores e subcontratados¹</p>	<p>1. Confederação Nacional da Indústria - CNI</p> <ul style="list-style-type: none"> • <input checked="" type="checkbox"/> Parceiro <input type="checkbox"/> Subcontratado • <u>Competências e experiências relevantes para o projeto</u> Representação dos interesses da indústria brasileira, promoção de um ambiente adequado para investimentos, apoio ao desenvolvimento de competências e estratégias de competitividade. Entre outros, está representada em todos os estados através das Federações Estaduais. • <u>Função/papel no âmbito do projeto aqui proposto</u> Execução de medidas de sensibilização e qualificação das Federações Estaduais e empresas filiadas, elaboração de diretrizes e recomendações de ação para a integração dos serviços ecossistêmicos na atuação empresarial. Atual função de secretariado da Iniciativa Brasileira Negócios & Biodiversidade, um grupo de influentes entidades do setor privado e iniciativas para o desenvolvimento sustentável, apoiada, entre outros, pela Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica.

¹ Os dados básicos devem ser complementados para todos os parceiros e subcontratados no Anexo 1. Consulte esclarecimentos sobre as diferenças entre parceiros e subcontratados na folha de instruções “Perguntas frequentes sobre solicitações”.

2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

- Parceiro Subcontratado
- Competências e experiências relevantes para o projeto

O IBGE é uma entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. É responsável pela produção, análise, pesquisa e disseminação de informações estatísticas e geográficas do território brasileiro. Além disso, ele elabora e prevê periodicamente o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG) e acompanha a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no PGIEG. O IBGE possui experiência com o Sistema Integrado de Contas Econômicas Ambientais e está participando do Comitê Interministerial das Contas Econômicas Ambientais da Água.

- Função/papel no âmbito do projeto aqui proposto

No âmbito do projeto, o IBGE é responsável pelo desenvolvimento das contas econômicas ambientais relativas à água e florestas e é apoiado pelo projeto na comunicação dos resultados das contas aos tomadores de decisão relevantes. Tendo em vista o papel de organizador e disseminador das metodologias de contas nacionais já consolidadas e dos novos aportes metodológicos das contas econômicas ambientais, cabe ao IBGE definir a forma de aplicação da metodologia por meio de uma pesquisa específica em uma área-piloto.

3. Agência Nacional de Águas - ANA.

- Parceiro Subcontratado
- Competências e experiências relevantes para o projeto

Entidade federal integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), tem a responsabilidade de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e regular o uso da água, fundamentada na Lei no. 9.433 de 1997, estando entre suas atribuições promover a elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços relacionados aos recursos hídricos. Faz parte do conjunto de estudos o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, que apresenta a análise e evolução de indicadores relacionados às condições dos recursos hídricos e de sua gestão no Brasil. Além disso, a ANA é membro do Comitê Interministerial das Contas Econômicas Ambientais de Água e, dessa forma, possui um papel fundamental na execução do componente relacionado a esse tema.

- Função/papel no âmbito do projeto aqui proposto

Cooperar com o IBGE e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU do MMA no desenvolvimento das contas econômicas ambientais da água, no âmbito das suas competências institucionais, conforme institucionalizado por meio da Portaria Interministerial no. 236 de 30 de maio de 2012.

4. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA)

- Parceiro Subcontratado
- Competências e experiências relevantes para o projeto

A SRHU é responsável por propor políticas, planos e normas e definir estratégias nos temas relacionados com a gestão integrada do uso múltiplo sustentável dos recursos hídricos e a gestão ambiental urbana e é também membro do Comitê Interministerial das Contas Econômicas Ambientais de Água, possuindo um papel importante na articulação política das contas econômicas ambientais.

- Função/papel no âmbito do projeto aqui proposto

No contexto do componente de Contas Econômicas Ambientais, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano desempenhará um papel importante na articulação política com os demais parceiros e atores relevantes.

5. Serviço Florestal Brasileiro - SFB

- Parceiro Subcontratado
- Competências e experiências relevantes para o projeto

O SFB tem como missão a promoção do uso econômico e sustentável das florestas, tendo como atribuições a criação e manutenção do Sistema Nacional de Informações Florestais, do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e sendo, também, o responsável pela realização das concessões florestais federais. O SFB está envolvido nas articulações para a institucionalização das Contas Econômicas Ambientais das Florestas, sendo o ponto-focal do MMA nesse tema.

- Função/papel no âmbito do projeto aqui proposto

No contexto do componente de Contas Econômicas Ambientais, o SFB subsidiará o IBGE com informações relacionadas às florestas, contribuindo no desenvolvimento das contas econômicas ambientais de florestas e fazendo uso dos resultados encontrados nas contas para subsidiar a tomada decisão na gestão das florestas públicas e na promoção de uma economia florestal sustentável no país.

6. Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (SECEX/MMA)

- Parceiro Subcontratado
- Competências e experiências relevantes para o projeto

A Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (SECEX/MMA) é responsável por promover a articulação intra e intergovernamental, visando à implementação da agenda ambiental e à identificação de mecanismos de articulação específicos das políticas públicas de meio ambiente.

- Função/papel no âmbito do projeto aqui proposto

No contexto do componente de Contas Econômicas Ambientais, a Secretaria Executiva (SECEX/MMA) desempenhará um papel importante na execução e articulação política com os demais parceiros e atores relevantes.

7. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

- Parceiro Subcontratado
- Competências e experiências relevantes para o projeto

O IPEA é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa oferecem apoio técnico e institucional às ações do governo para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

- Função/papel no âmbito do projeto aqui proposto

Um ator relevante para o projeto com sua função de acompanhamento científico da Agenda TEEB no Brasil, principalmente quanto ao desenvolvimento de estudos e cálculos econômicos ambientais.

Aliados estratégicos para o projeto:

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG): no Brasil o Ministério do Planejamento é uma instância central no processo de formulação do planejamento estratégico nacional, sendo também responsável pela avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas setoriais do Governo Federal. Os dados obtidos com o apoio do projeto (p. ex., através das contas econômicas ambientais) podem fornecer informações importantes ao MPOG para a realização de estudos especiais para a reformulação de políticas pertinentes e para viabilizar novas fontes de recursos para planos de governo prioritários para a conservação do capital natural. As contas vão também dar informações relevantes para o

	<p>processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do PPA e dos orçamentos atuais do Governo Federal (redirecionando os investimentos para planos setoriais prioritários).</p> <p>Em nível regional e local, o projeto trabalha em conjunto com estados, municípios e empresas selecionadas ali sediadas e pertencentes a setores econômicos prioritários, bem como com ONGs regionais e locais, universidades e outras instituições de pesquisa relevantes. Além disso, o projeto trabalha com atores relevantes da Cooperação Internacional, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (<i>United Nations Environmental Programme - UNEP</i>) e a Divisão de Estatísticas da ONU.</p>
--	---

2 Classificação do projeto	
2.1 Tipo de projeto	<input type="checkbox"/> Investimento <input type="checkbox"/> Programa de crédito <input type="checkbox"/> Instrumentos de financiamento inovadores para a proteção do clima e da biodiversidade <input type="checkbox"/> Cooperação tecnológica <input type="checkbox"/> Assessoria política <input checked="" type="checkbox"/> Capacitação/treinamento <input type="checkbox"/> Estudo/desenvolvimento conceitual <input type="checkbox"/> Outros (com explanação)
2.2 Certificados de emissão	<p>Através dos recursos de fomento BMUB são financiadas diretamente ações de redução do efeito estufa e/ou sumidouro de carbono, as quais vão contribuir para a geração de certificados de redução de emissão, créditos de carbono ou certificados de compensação de CO2 de qualquer natureza: sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Caso positivo, esta parcela de certificados gerados será mantida permanentemente em um registro próprio em favor da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima: sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/></p>
2.3 Informações adicionais para a classificação do projeto nas áreas fomentadas II-IV	<p><u>Para projetos das áreas fomentadas adaptação (II), conservação e uso sustentável dos sumidouros de carbono naturais/REDD+, (III) e diversidade biológica (IV):</u></p> <p>Em qual grupo ou grupos de ecossistemas o projeto tem atuação predominante? (é possível marcar mais de uma opção)</p> <input checked="" type="checkbox"/> Água doce, zonas úmidas, lagos e rios <input checked="" type="checkbox"/> Florestas <input checked="" type="checkbox"/> Campos, savanas e desertos <input type="checkbox"/> Oceanos e litorais <input type="checkbox"/> Montanhas <input type="checkbox"/> Agricultura <input type="checkbox"/> Outros: <p><u>Para projetos das áreas fomentadas biodiversidade (IV) bem como projetos relevantes para a diversidade biológica das áreas fomentadas adaptação (II), conservação e uso sustentável, sumidouros de carbono naturais/REDD+, (III):</u></p> <p>Metas do plano estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB 2011 até 2020 (metas AICHI). Para quais das 20 metas AICHI o projeto contribui? Favor mencionar aqui no máximo 3 metas para as quais o projeto atua principalmente para que sejam alcançadas².</p>

²Se necessário você pode consultar uma relação das metas no website da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em: <http://www.cbd.int/sp/targets/>

	<p>O projeto atua no contexto do objetivo estratégico A (combate às causas da redução da diversidade biológica através de sua inclusão contínua em todas as áreas do estado e da sociedade), principalmente para atingir as seguintes metas de AICHI:</p> <p><u>Meta principal 1</u> No máximo até 2020 as pessoas estão cientes do valor da diversidade biológica e do que podem fazer para a sua conservação e utilização sustentável.</p> <p><u>Meta principal 2</u> No máximo até 2020 o valor da diversidade biológica foi considerado nas estratégias nacionais e locais de combate à pobreza e processos de planejamento, sendo, portanto, devidamente inserido no Sistema de Contas Nacionais e na sistemática de relatórios.</p> <p><u>Meta principal 3</u> No máximo até 2020 os incentivos prejudiciais à diversidade biológica, inclusive subvenções, serão eliminados, gradualmente reduzidos ou reformulados de forma a evitar ou diminuir os impactos negativos ao nível mínimo, para que possam ser criados e aplicados incentivos positivos à promoção do uso sustentável e conservação da diversidade biológica, em concordância com o acordo e outros compromissos internacionais pertinentes, levando-se em consideração as condições socioeconômicas nacionais.</p>
--	--

3 Resumo	
3.1 Resumo estruturado	<p>O governo brasileiro e o setor privado reconhecem cada vez mais a importância da diversidade biológica para o desenvolvimento do país. Cresce o diálogo da sociedade sobre os valores da biodiversidade e os serviços por ela prestados. Sob essa perspectiva, é necessária uma base de informações e de dados fundamentados, métodos concretos e exemplos práticos de implementação para que se evidencie o valor da biodiversidade e dos SE de forma adequada e se demonstre o capital natural que o país detém. Para tanto, é necessário fomentar os conhecimentos técnicos e promover a troca de experiências dos atores responsáveis e um diálogo intersetorial estruturado. Do lado da economia privada, o engajamento ocorre principalmente entre as grandes empresas, enquanto as empresas de médio e pequeno porte até agora não foram alcançadas.</p> <p>O projeto apoia o governo brasileiro desde 2012 nos seus esforços para integrar o valor econômico da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nas políticas e processos de planejamento. Para isso ele dá ênfase a exemplos concretos de implementação e ao diálogo entre atores públicos e privados, inclusive por meio da elaboração das Contas Econômicas Ambientais e de processos de negociação intersetorial. Os exemplos-piloto locais e regionais, no âmbito de uma abordagem multinível, passam a influir na concepção de políticas e estratégias nacionais.</p> <p>Assim criam-se referências para a política e economia através de novos modelos de engajamento do setor privado e políticas e programas adequados, que reforçam a inserção dos serviços ecossistêmicos em seus processos de planejamento e investimento.</p> <p>Com o desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais, o governo brasileiro dá um passo decisivo para a consideração do valor econômico – e importância social - do capital natural e dos serviços ecossistêmicos na concepção e implementação de políticas. Isso contribui significativamente para o cumprimento das metas estratégicas da Convenção sobre Diversidade Biológica bem como dos objetivos do desenvolvimento sustentável.</p>

4 Concepção do projeto	
4.1 Situação inicial	
4.1.1 Situação inicial na região alvo	O maior país da América do Sul (47% do continente e 192 milhões de habitantes) abriga em seis biomas e três ecossistemas marinhos a maior biodiversidade mundial com 103.870 espécies de animais, 43.020 espécies vegetais conhecidas (estimativa de 15-20% da biodiversidade mundial). Este capital natural e os serviços

relacionados, tais como abastecimento de água doce e fixação de carbono, são de grande importância não só para a economia e sociedade brasileira, mas também para o equilíbrio ecológico global e, conseqüentemente, para o bem-estar de toda a humanidade. O crescimento econômico dos últimos anos elevou o Brasil à posição de 7ª economia mundial e aumentou, principalmente devido ao papel importante das *commodities* na balança comercial, a pressão sobre os ecossistemas. A ampliação da agricultura, a construção de infraestruturas (especialmente de transporte e geração de energia) e a mineração promovem desmatamento, degradação e fragmentação das florestas tropicais, prejudicando uma das mais importantes reservas de biodiversidade e sumidouros de carbono. Hoje no Brasil há, no mínimo, 627 espécies animais e 472 espécies vegetais ameaçadas de extinção e nos últimos anos as taxas de desmatamento na Amazônia atingiram 6500 km², no Cerrado, 6400 km², e, na Mata Atlântica, 450 km². Nos respectivos biomas ainda existem 83%, 52% e 22% da cobertura vegetal original (INPE, 2011). O Brasil é responsável por aprox. 4% da emissão global de gases de efeito estufa, sendo que destes 15% ocorrem em consequência das práticas de uso da terra e florestas (MCTI, 2014).

O governo brasileiro, o setor privado e a sociedade reconhecem cada vez mais o grande potencial da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para o desenvolvimento sustentável do país e começam a integrar a sua importância nas áreas e programas políticos. Numa análise da base geral de planejamento do governo brasileiro, o Plano Plurianual - PPA para 2012-2015 revela que pelo menos 15 programas têm como objetivo específico a inclusão do tema biodiversidade e serviços ecossistêmicos em setores como, por exemplo, agricultura, energia e transportes. Contudo, esse esforço precisa se refletir melhor na formulação e implementação abrangente de políticas. Para isso, é necessário, acima de tudo, contar com uma base de informações e de dados fundamentada sobre os efeitos das atividades econômicas sobre os ecossistemas e serviços fornecidos, bem como métodos concretos e exemplos práticos de implementação para se poder apresentar o valor da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos de forma convincente. Um sistema de cálculo específico baseado nas respectivas estatísticas para a determinação dos valores (e custos) do capital natural, em forma das Contas Econômicas Ambientais e no âmbito de um Sistema Integrado de Contas Econômicas Ambientais (SICEA), que descreva as interações entre economia e meio ambiente, até o momento ainda é incipiente em nível nacional.

O projeto em curso apoia o Ministério do Meio Ambiente no aspecto conceitual e metodológico nos esforços de ampliação de escala para integração dos serviços ecossistêmicos nas estratégias nacionais de desenvolvimento. Atores relevantes são sensibilizados para esta abordagem e capacitados sobre temas como a integração dos serviços ecossistêmicos nos processos de planejamento e a aplicação de instrumentos econômicos para a proteção dos recursos naturais. São elaboradas e publicadas apostilas de metodologia sobre o tema, bem como desenvolvidas e incluídas contribuições concretas para a formulação de novas políticas. Para incentivar o setor empresarial, são elaboradas diretrizes para o cálculo dos impactos e da dependência de empresas de diversos ramos de atividade em relação à biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Estas diretrizes serão utilizadas nos programas de capacitação da Confederação Nacional da Indústria Brasileira - CNI para a integração dos serviços ecossistêmicos na atuação empresarial (efeito multiplicador). Abordagens metodológicas para levantamento e cálculo do valor do capital natural são desenvolvidas através de assessoria ao IBGE para a elaboração das Contas Econômicas Ambientais, que são necessárias como bases de dados representativas para uma integração em escala dos serviços ecossistêmicos em programas públicos e na atuação empresarial. Além disso são estruturadas redes regionais e locais (órgãos ambientais, Federações Estaduais das Indústrias, órgãos estatísticos) para o intercâmbio de exemplos concretos de implementação e instrumentos para a integração de serviços ecossistêmicos nos programas e planos de desenvolvimento e para disseminá-los de forma efetiva junto à opinião pública.

Uma ampliação temática e extensão do prazo permitem assegurar os impactos almejados do projeto TEEB em curso e ampliá-lo com campos de ação complementares.

<p>4.1.1 Integração do projeto nas estratégias do país alvo</p>	<p>A abordagem do projeto é derivada dos objetivos políticos e estratégicos do Brasil dentro da perspectiva de aproveitamento e valoração dos recursos naturais do país. O projeto apoia a iniciativa brasileira de TEEB (Iniciativa Capital Natural do Brasil), coordenada pelo MMA. A agenda TEEB é classificada pelo Ministério do Meio Ambiente e por representantes do setor privado – como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e suas Federações - como agenda prioritária para o Brasil.</p> <p>Desde a Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) o Brasil vem cumprindo os compromissos estabelecidos na Agenda 21. Nesse contexto, o IBGE é responsável pela produção e análise de estatísticas e difusão de informações sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como pelo Sistema de Contas Econômicas Ambientais, parte integrante do Sistema Integrado de Contas Econômicas Ambientais - SICEA.</p> <p>As ações do Projeto se inserem nos esforços nacionais do Brasil para a introdução do SICEA. Desde 2004 o IBGE também publica um Relatório Bianual de Sustentabilidade e desde 2009 a ANA publica o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos. Isto mostra que o Brasil já está empenhado em medir e monitorar a longo prazo o desenvolvimento sustentável do país. A introdução do SICEA melhorará significativamente a base de dados para os relatórios e indicadores de sustentabilidade.</p> <p>O projeto contribui para as políticas interministeriais com lições aprendidas concretas em nível local e regional. Argumentos econômico-ambientais e a aplicação de mecanismos de incentivo e gestão devem contribuir para uma consolidação em nível nacional e assim para uma implementação em larga escala. Neste processo são abordadas as seguintes políticas: Política Nacional da Biodiversidade e Sistema Nacional de Unidades de Conservação -SNUC, Novo Código Florestal, Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg, Política Nacional do Clima, Plano Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB, as disposições do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE e ordenamento territorial, bem como as políticas de pagamento por serviços ambientais que estão sendo articuladas e o programa social de transferência de renda Bolsa Verde, o programa Mais Ambiente de fomento e consolidação de florestas em propriedades privadas, bem como o programa de transferência financeira para os municípios que cumprem os critérios ambientais (ICMS - Ecológico). Em regiões selecionadas da Amazônia, do Cerrado e da Mata Atlântica o projeto contribui para o cumprimento de políticas específicas de cada bioma no combate ao desmatamento, como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) bem como para o Programa Nacional de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.</p> <p>O projeto se integra na Agenda TEEB internacional e contribui para esta plataforma internacional de conhecimentos através de um intercâmbio ativo de lições e experiências. As respectivas experiências também são inseridas no processo da Convenção sobre Diversidade Biológica, entre outros no <i>Intergovernmental Panel on Biodiversity and Ecosystem Services</i> (IPBES).</p>
<p>4.2 Objetivos e impactos do projeto.</p>	
<p>4.2.1 Grupo alvo</p>	<p>Mediadores do projeto são os tomadores de decisão e os quadros técnicos em nível federal, estadual e municipal que participam da concepção de políticas públicas, bem como os representantes de associações e empresas do setor privado. Adicionalmente são incluídos atores relevantes da sociedade civil que influem na formulação e implementação de políticas nas áreas de clima, ecossistemas e biodiversidade e que acompanham os fóruns de diálogo intersetorial.</p> <p>Toda a sociedade brasileira será indiretamente beneficiada por essas políticas e programas, visto que as condições de vida serão melhoradas através dos estímulos positivos para a proteção da biodiversidade e do clima.</p>
<p>4.2.2 Impactos (efeitos de longo prazo)</p>	<p>A consideração dos serviços ecossistêmicos pelos tomadores de decisão públicos e privados no Brasil representa uma importante contribuição para a proteção do clima e da biodiversidade, bem como para o desenvolvimento sustentável, na medida em que atribui um valor econômico à biodiversidade e relaciona o seu uso a custos correspondentes. Uma base essencial para isso são as informações obtidas das</p>

	<p>Contas Econômicas Ambientais, que passam a influir nos processos de tomada de decisão.</p> <p><u>Replicabilidade dos objetivos específicos (outputs)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os exemplos de implementação concretos do projeto em nível local e regional possuem um caráter demonstrativo que atua além do âmbito do projeto. Um acompanhamento de perto das ações-piloto através de atores nacionais e uma sistematização conjunta das lições aprendidas, bem como sua difusão dirigida, colocam os parceiros e grupos-alvo em condições de integrar os serviços ecossistêmicos em outros processos e desenvolver novos projetos. ▪ O “mercado da sustentabilidade” no Brasil (e em todo mundo) experimenta um forte crescimento e torna muito provável a replicação de abordagens aprovadas em projetos e empresas-piloto para outros setores (“efeito irradiador”). ▪ Em parte, um quadro normativo favorável (p.ex., o projeto de lei nacional sobre PSA, estratégias para o Desenvolvimento Sustentável e programas de compensação em nível estadual) facilita o cumprimento dos compromissos políticos ambiciosos do Brasil na área de proteção do clima e da biodiversidade. Inúmeras iniciativas criam estímulos para sua implementação e premiam os bons exemplos. Isto leva o tema com mais força à consciência pública, o que por sua vez gera estímulos para as empresas participarem ativamente na configuração de políticas de proteção do clima e da biodiversidade (“mercado consumidor”). ▪ Os métodos testados no projeto e os dados gerados no âmbito das Contas Econômicas Ambientais têm o potencial de servir como referência internacional, visto que, com as respectivas adaptações, eles podem ser replicados para outras contas do capital natural, como por exemplo para o uso da terra e mudanças no uso da terra/qualidade do solo ou biodiversidade. <p><u>Efeito multiplicador (níveis)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em nível regional e local, o desenvolvimento de capacidades e os processos de planejamento participativos com serviços ecossistêmicos irão gerar efeitos diretos e fomentar projetos similares em regiões semelhantes selecionadas para intervenções. ▪ O desenvolvimento de capacidades e formação de multiplicadores previstos em todos os três níveis (nacional-regional-local) assegura efeitos de larga escala em toda a área de intervenção do projeto. ▪ As melhores práticas fomentadas e sistematizadas em nível de empresa possuem elevado efeito multiplicador, visto que muitas empresas engajadas atuam de forma transnacional e têm interesse em aplicar instrumentos e processos bem-sucedidos também em outras unidades locais. O trabalho com a Confederação Nacional da Indústria como parceiro direto do projeto assegura um efeito multiplicador. ▪ Uma estreita cooperação com redes temáticas internacionais, como p.ex. Banco Mundial, CEPAL, ONU, a Agenda TEEB internacional, <i>Green Economy Coalition</i> ou <i>Business and Biodiversity Initiative</i> permitem um aprendizado recíproco e uma retroalimentação das experiências, o que por sua vez assegura o efeito multiplicador em nível internacional. De certa forma o Brasil assume um papel pioneiro neste tema, pois existe uma grande demanda por modelos replicáveis.
4.2.3 Apresentação da lógica de impacto do projeto	<p>O projeto segue as etapas metodológicas para a integração de serviços ecossistêmicos nos processos de tomada de decisão (“<i>Integrating Ecosystem Services</i>“- <i>IES-Approach</i>). Esta abordagem é subdividida em seis etapas iterativas: a) Determinação da área de aplicação, b) Identificação e priorização dos serviços ecossistêmicos, c) Identificação e análise das condições e tendências, d) Identificação das particularidades institucionais e culturais mais importantes, e) Análise da necessidade de uma avaliação econômica dos serviços ecossistêmicos e seleção dos métodos adequados, f) Concepção da estratégia de integração dos serviços ecossistêmicos nos processos de desenvolvimento e políticas prioritizados.</p> <p>O projeto trabalha com quatro componentes entrelaçados, os quais correspondem às metas específicas do projeto (ou <i>outputs</i>). Neste processo são interligados o <i>IES-Approach</i> com abordagens de <i>Capacity Development</i>, a promoção de plataformas</p>

de diálogo entre atores públicos e privados, as Contas Econômicas Ambientais e a gestão de conhecimentos.

O foco do projeto está voltado para um fomento de exemplos-piloto locais e regionais que, no âmbito de uma abordagem multinível, passam a influir na concepção de políticas e estratégias nacionais. Além disso, as lições aprendidas são inseridas em relevantes plataformas de conhecimento internacionais, aqui principalmente no processo TEEB internacional. Adicionalmente à execução de avaliações prioritárias de serviços ecossistêmicos e análises de risco, o projeto aproveita sinergias e estabelece contato com exemplos e experiências já existentes de potenciais parceiros de cooperação internacionais, como o IBGE e institutos de resseguros (p. ex., Münchner Rück ou Swiss Re). O fomento à cooperação entre ciência e prática no âmbito de pesquisas aplicadas adicionais tem um papel importante neste contexto. Uma estratégia adequada de comunicação e sensibilização deve contribuir para um diálogo da sociedade mais amplo sobre os valores e significado da biodiversidade e ecossistemas para um desenvolvimento sustentável, estimulando mudanças de comportamento.

No primeiro componente são complementadas e fortalecidas as políticas e programas intersetoriais selecionados para proteção, recuperação e uso sustentável da biodiversidade (vide 4.1.1) através da inclusão dos serviços ecossistêmicos priorizados. Para isso os tomadores de decisão dos respectivos programas serão capacitados na abordagem TEEB, fortalecendo assim suas capacidades para orientação política e conseqüente promoção das experiências locais e regionais de implementação (interligação com o componente 2). Através da disponibilização de argumentos econômicos e experiências concretas trabalha-se de modo dirigido para fortalecer a capacidade negociadora dos atores ambientais para os processos de negociação intersetorial (*mainstreaming* do tema). Isto inclui as interfaces das políticas de biodiversidade e clima com abordagens programáticas de outros setores, como agricultura, turismo, infraestrutura. As políticas priorizadas oferecem um bom gancho para isso, pois são articuladas e coordenadas por diversos ministérios. O apoio a plataformas de diálogo entre o setor público e privado contribui para criar um entendimento comum sobre o tema, fortalece o engajamento sustentável do setor empresarial (interligação com o componente 3), bem como as parcerias de desenvolvimento entre atores do setor público e privado.

O segundo componente está focado no apoio a exemplos concretos de implementação para a integração dos valores econômicos e culturais da biodiversidade e serviços ecossistêmicos no âmbito do desenvolvimento regional, como planos municipais de uso do solo e de desenvolvimento, planos de gestão de unidades de conservação ou programas para pagamento por serviços ambientais. São planejados projetos piloto para a identificação, demonstração e levantamento de serviços ecossistêmicos em regiões selecionadas dos três biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. As experiências piloto testadas e trabalhadas são inseridas no diálogo político nacional e contribuem assim como feedback da prática para a implementação das respectivas políticas (interligação com o componente 1). Assim elas servem como referências e como parâmetro de ajuste para recomendações políticas e, portanto, para assegurar uma implementação em larga escala. Paralelamente, as experiências de implementação com a integração dos serviços ecossistêmicos, que são obtidos a nível regional, são incorporadas pelas Federações da Indústria e sua Confederação Nacional (CNI) e transmitidas sob a forma de recomendações político-empresariais norteadoras para serem levadas em consideração nas decisões de investimento e para melhorar a competitividade das empresas (interligação com o componente 3).

No âmbito do terceiro componente são desenvolvidas diretrizes empresariais e aplicados métodos de avaliação, que por um lado mostram, em exemplos pilotos, as dependências entre o bem-estar econômico e o capital natural, e por outro lado também as chances resultantes para investimentos inovadores e novas oportunidades de negócios. Assim, os serviços ecossistêmicos são integrados nos processos de gestão e políticas empresariais. A CNI e suas federações regionais são fortalecidas em suas capacidades de elaborar as respectivas ofertas e programas de formação continuada e oferecer os mesmos para empresas de pequeno e médio porte. Através da internalização destas abordagens econômico-ambientais, as empresas e suas atividades econômicas contribuem substancialmente para os processos de desenvolvimentos endógenos regionais e

	<p>para experiências concretas de referência (interligação com o componente 2). Um diálogo intenso entre empresas e tomadores das decisões políticas contribui para uma compreensão conjunta da importância da biodiversidade e serviços ecossistêmicos intactos para o desenvolvimento local e regional da economia. O intercâmbio direto de experiências entre o setor privado e o Estado, no âmbito da estrutura de governança conjunta do projeto, bem como das plataformas existentes, como p. ex. a agenda nacional TEEB ou a <i>Business and Biodiversity Initiative</i>, levam a uma "verificação da realidade" sob o ponto de vista da economia privada e influenciam a concepção de políticas e programas de formação continuada para integração de serviços ecossistêmicos (interligação com o componente 1).</p> <p>O <i>quarto componente</i> do projeto promove a avaliação quantitativa do capital natural por meio da elaboração das Contas Econômicas Ambientais no contexto do Sistema Integrado de Contas Econômicas Ambientais (SICEA). Ele representa um importante complemento técnico e conceitual para os três componentes do projeto em andamento. O SICEA atribui um valor monetário inequívoco ao fator de produção "meio ambiente", até então desconsiderado e de difícil regeneração, que então passa a ser incluído como argumento de peso mensurável nos processos de tomada de decisão. Deste modo obtêm-se um retrato mais completo da economia como um todo, que considera não apenas o volume de bens e serviços gerados, mas também reflete uma imagem mais realista da situação econômica geral, incluindo e tornando visíveis os custos e externalidades negativas. O "Sistema de Contas Ecossistêmicas Experimentais", criado pelas Nações Unidas (<i>Experimental Ecosystem Accounting - SEEA</i>) também representa o procedimento metodológico do projeto no desenvolvimento de contas ecossistêmicas para a água e as florestas no Brasil. Ele contém definições de termos, conceitos, classificações e uma estrutura das contas integradas para medir as condições dos ecossistemas (como, p. ex. qualidade do solo, carbono e biodiversidade) e serviços ecossistêmicos tanto física quanto monetariamente. Estes dados gerados nas Contas Econômicas Ambientais representam uma importante fonte de informação para os tomadores de decisão no setor público e privado para uma alocação otimizada dos recursos e podem servir como um indicador importante para as políticas ambientais nacionais (componente 1), processos de desenvolvimento regional (componente 2) e decisões empresariais de investimento (componente 3). Deste modo, a assessoria e o fortalecimento das capacidades do IBGE, ANA, MMA e SFB para a elaboração das Contas Econômicas Ambientais estão diretamente vinculados às ações e metas dos outros componentes (1, 2 e 3). São disponibilizados números concretos e conhecimentos sobre inter-relações fundamentais para a tomada de decisão nas instâncias de planejamento relevantes, como o MPOG ou MF, para a integração dos serviços ecossistêmicos nos respectivos processos.</p>						
<p>4.2.4 Outcome (objetivo superior do projeto) com indicadores</p>	<p>Outcome:</p> <p>Atores-chave públicos e privados integram o valor socioeconômico e cultural dos ecossistemas em suas decisões.</p> <p>Atores-chave públicos e privados integram o valor da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos em seus processos de tomada de decisão.</p> <p>Indicadores do objetivo superior (outcome):</p> <table border="1" data-bbox="475 1664 1479 2094"> <tr> <td colspan="3" data-bbox="475 1664 1479 1883"> <p>Indicador outcome 0.1:</p> <p>65% dos especialistas parceiros que foram treinados, e receberam consultoria do projeto, confirmam que levam em consideração os valores socioeconômicos e culturais dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade em suas decisões de trabalho.</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="475 1895 651 2094"> <p>Unidade Nº profissionais</p> </td> <td data-bbox="659 1895 1010 2094"> <p>Linha de base no início do projeto</p> <p>Não existem especialistas parceiros que levam em consideração os valores socioeconômicos e</p> </td> <td data-bbox="1018 1895 1479 2094"> <p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>65% do número total de profissionais que foram treinados até 07/08.</p> </td> </tr> </table>	<p>Indicador outcome 0.1:</p> <p>65% dos especialistas parceiros que foram treinados, e receberam consultoria do projeto, confirmam que levam em consideração os valores socioeconômicos e culturais dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade em suas decisões de trabalho.</p>			<p>Unidade Nº profissionais</p>	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>Não existem especialistas parceiros que levam em consideração os valores socioeconômicos e</p>	<p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>65% do número total de profissionais que foram treinados até 07/08.</p>
<p>Indicador outcome 0.1:</p> <p>65% dos especialistas parceiros que foram treinados, e receberam consultoria do projeto, confirmam que levam em consideração os valores socioeconômicos e culturais dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade em suas decisões de trabalho.</p>							
<p>Unidade Nº profissionais</p>	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>Não existem especialistas parceiros que levam em consideração os valores socioeconômicos e</p>	<p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>65% do número total de profissionais que foram treinados até 07/08.</p>					

	culturais dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade em suas decisões de trabalho.	
<p>Fontes de dados, métodos e fontes de verificação</p> <p>Cadastro de especialistas parceiros em cursos e consultorias, bem como pesquisa padronizada periódica. Levantamento das metas de aprendizado transmitidas aos especialistas parceiros em cursos e consultorias; pesquisas padronizadas periódicas.</p>		
<p>Indicador outcome 0.2:</p> <p>Pelo menos 06 05 estados usam programas estruturados e mecanismos de incentivo para a valorização dos serviços ecossistêmicos.</p>		
Unidade Programas e mecanismos de incentivo	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0 Estados com estratégias de valorização</p>	<p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>6 estados até 07/108 (5 estados até 10/2016 e 6 estados até 07/2018 com estratégias de valorização</p>
<p>Fontes de dados, métodos e fontes de verificação</p> <p>Levantamentos estaduais sobre a situação e o desenvolvimento qualitativo de programas de compensação e/ou valorização de serviços ecossistêmicos</p>		
<p>Indicador outcome 0.3:</p> <p>No mínimo 10 firmas empresas de pequeno ou médio porte integram serviços ecossistêmicos em sua gestão empresarial e financeira. seus processos de produção.</p>		
Unidade Empresa	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>Até então nenhuma empresa de pequeno ou médio porte integrava serviços ecossistêmicos em seus processos de gestão</p>	<p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>Até 10/2016, 5 empresas de pequeno ou médio porte e, até 07/2018, 10 empresas de pequeno ou médio porte integram serviços ecossistêmicos em seus processos de gestão</p>
<p>Fontes de dados, métodos e fontes de verificação</p> <p>Pesquisas de opinião na Confederação Nacional da Indústria brasileira, nas Federações Estaduais da Indústria e seus membros associados, publicações, relatórios das empresas.</p>		
<p>Indicador outcome 0.4:</p> <p>No mínimo 4 3 políticas, planos ou programas setoriais (união/estados/municípios) levam em consideração as informações geradas pelas Contas Econômicas Ambientais da Água e/ou Florestas.</p>		
Unidade	Linha de base no início do projeto	Valor alvo no término do projeto

	Políticas, planos ou programas	0 Políticas, planos ou programas setoriais	4 Políticas, planos ou programas setoriais até 07/2018
	Fontes de dados, métodos e fontes de verificação Documentos de planejamento e publicações do MMA, MPOG, MF e outros atores governamentais		
	Indicador outcome 0.5: No mínimo 10 perguntas que subsidiam as contas econômicas ambientais da água são inseridas nas pesquisas temáticas do IBGE em diferentes setores produtivos		
	Unidade Nº perguntas que subsidiam contas econômicas ambientais inseridas nas pesquisas temáticas do IBGE	Linha de base no início do projeto 0	Valor alvo no término do projeto 10
	Fontes de dados, métodos e fontes de verificação Documentos de pesquisas temáticas reformulados		
4.2.5 Outputs (objetivos específicos do projeto) com indicadores e componentes (Atividades)	<p>Output I: O Ministério do Meio Ambiente e a Confederação Nacional da Indústria possuem abordagens e instrumentos testados para a integração de serviços ecossistêmicos no desenvolvimento de políticas e estratégias</p> <p>Indicadores no âmbito do Output I</p> <ul style="list-style-type: none"> Indicador I.1: Para pelo menos 53 políticas ou programas federais na área de conservação da biodiversidade, proteção do clima e uso sustentável da biodiversidade, existem instrumentos concretos e recomendações de ação para a integração valorização dos serviços ecossistêmicos. 		
	Unidade Políticas ou programas	Linha de base no início do projeto Não há políticas, planos ou programas federais	Valor alvo e data para atingir a meta 3 políticas, planos ou programas federais até 10/2016 e 35 políticas, planos ou programas federais até 07/2018.
	Fontes de dados, métodos e fontes de verificação Documentação e publicações do MMA e outros órgãos governamentais.		
	Indicador I.2: Modelos replicáveis de integração dos serviços ecossistêmicos em políticas empresariais e decisões de investimento são disponibilizados pela Confederação Nacional da Indústria Brasileira para implementação pelos seus membros para serem difundidos pelos seus membros.		

<p>Unidade Experiência empresarial</p>	<p>Linha de base no início do projeto Nenhuma Experiência empresarial com modelos replicáveis para a integração de serviços ecossistêmicos</p>	<p>Valor alvo e data para atingir a meta 10 5 Experiências empresariais com modelos replicáveis para a integração de serviços ecossistêmicos até 07/2018</p>
<p>Fontes de dados, métodos e fontes de verificação Documentação de projetos e material de comunicação da Confederação Nacional da Indústria e de suas federações regionais, e documentações de projetos e registro de decisões de investimento coletados junto às empresas.</p>		
<p>Atividades no âmbito do Output I</p> <p>Componente (AP I): O Ministério do Meio Ambiente e a Confederação Nacional da Indústria possuem abordagens e instrumentos testados para a integração de serviços ecossistêmicos no desenvolvimento de políticas e estratégias.</p> <p><i>Parceiros: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Confederação Nacional da Indústria (CNI).</i></p> <p>Atividade I.1</p> <p>Treinamento e formação continuada dos quadros técnicos e tomadores de decisão do Ministério do Meio Ambiente, CNI e outros atores chave (p.ex., Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) na análise, avaliação e integração de serviços ecossistêmicos prioritários (abordagem TEEB) em instrumentos econômicos para a proteção dos recursos naturais e Contas Econômicas Ambientais.</p> <p>Atividade I.2</p> <p>Apoio à plataforma de diálogo público-privada entre MMA, CNI, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade (IBNB) para o detalhamento dos desafios, bem como sensibilização e mobilização, em especial dos pequenos e médios empresários.</p> <p>Atividade I.3</p> <p>Inserção das lições aprendidas em nível local e regional para o desenvolvimento de métodos, instrumentos e estratégias de integração dos serviços ecossistêmicos em políticas e programas selecionados e na rede TEEB nacional do Brasil (com base nas experiências piloto do componente 2).</p> <p>Atividade I.4</p> <p>Contribuição para a configuração e adaptação de instrumentos e normas de execução dos programas federais de valoração e compensação dos serviços ecossistêmicos</p> <p>Atividade I.5</p> <p>Fomento de iniciativas de pesquisa aplicada e parcerias entre ciência e prática no âmbito da iniciativa TEEB para políticas nacionais do Brasil.</p> <p>Atividade I.6</p> <p>Sistematização, processamento e difusão das avaliações ecossistêmicas existentes para apoiar os processos de negociação intersetorial.</p> <p>Atividade I.7</p> <p>Desenvolvimento e implementação de estratégias de comunicação para a sensibilização de formadores de opinião e tomadores de decisão da sociedade civil, do setor público e privado sobre o valor da biodiversidade e dos serviços</p>		

ecossistêmicos, bem como sobre as Contas Econômicas Ambientais e sua importância no contexto dos processos de tomada de decisão.

Atividade I.8

Inserção das lições aprendidas na implementação local e regional em redes de conhecimentos nacionais e internacionais sobre o tema, aqui especialmente na rede internacional TEEB, *Green Economy Coalition (GEC)*, *Global Partnership for Ecosystems and Ecosystem Services Valuation and Wealth Accounting* do Banco Mundial, bem como na Iniciativa *Business and Biodiversity*.

Atividade I.9

Desenvolvimento de uma metodologia para análise de sensibilidade ao risco e análise de ganhos de capital nas empresas e instituições financeiras (Desenvolvimento de Finanças Sustentáveis), as quais levam em consideração os serviços ecossistêmicos.

Marcos (milestones) no âmbito do Output I

Marco I.1: Abordagens de integração de serviços ecossistêmicos são identificadas e avaliadas para aplicação em políticas / programas federais (12/2016 e 12/2017).

Marco I.2: Abordagens para a integração de serviços ecossistêmicos nas políticas empresariais e decisões de investimento são identificadas e adequadas à realidade empresarial (06/2015, 09/2016 e 12/2017).

Output II: Processos regionais de desenvolvimento prioritários levam em consideração serviços ecossistêmicos em seu planejamento e implementação, servindo como referência para uma implementação em larga escala.

Indicadores no âmbito do Output II

Indicador II.1: Os serviços ecossistêmicos são levados em consideração, comprovadamente, em no mínimo 3 ~~um número crescente~~ de investimentos públicos e privados nas regiões selecionadas.

Unidade	Linha de base no início do projeto	Valor alvo e data para atingir a meta
Nº de atores públicos e privados assessorados pelo projeto que investem recursos em ações de manutenção e conservação de SE	0 (atores públicos e privados assessorados pelo projeto investem recursos em ações de manutenção e conservação de SE)	3 atores públicos e privados assessorados pelo projeto investem recursos em ações de manutenção e conservação de SE até julho de 2018

Fontes de dados, métodos e fontes de verificação

Levantamentos/pesquisas de opinião sobre a situação do desenvolvimento, relatórios, estudos, avaliações de impacto ambiental.

Indicador II.2: Métodos e propostas de implementação testados para a consideração dos serviços ecossistêmicos nos processos regionais de desenvolvimento estão disponíveis ~~como exemplos de referência~~ para, no mínimo, 6 políticas, planos ou instrumentos de planejamento e/ou gestão ambiental.

	<p>Unidade Nº de políticas, planos ou instrumentos de planejamento e/ou gestão ambiental regionais para os quais estão disponíveis métodos e propostas testados (no âmbito dos casos-piloto) de consideração de SE.</p>	<p>Linha de base no início do projeto 0 políticas, planos ou instrumentos de planejamento e/ou gestão ambiental regionais para os quais estão disponíveis métodos e propostas testados (no âmbito dos casos-piloto) de consideração de SE.</p>	<p>Valor alvo e data para atingir a meta 6 políticas, planos ou instrumentos de planejamento e/ou gestão ambiental regionais para os quais estão disponíveis métodos e propostas testados (no âmbito dos casos-piloto) de consideração de SE (04 até 12/2017 e 06 até 07/2018)</p>
<p>Fontes de dados, métodos e fontes de verificação Levantamentos/pesquisas regionais de opinião sobre a situação e o desenvolvimento da consideração dos serviços ecossistêmicos nos processos estaduais; documentação de projetos, material de comunicação.</p>			
<p>Atividades no âmbito do Output II</p> <p>Componente (AP II): Processos regionais de desenvolvimento prioritários levam em consideração serviços ecossistêmicos em seu planejamento e implementação, servindo como referência para uma implementação em larga escala.</p> <p><i>Parceiros: Estados e municípios selecionados, MMA, CNI e suas federações regionais, organizações da sociedade civil.</i></p> <p>Atividade II.1 Treinamento e formação continuada dirigida de atores-chave regionais e locais para o fortalecimento da compreensão conceitual e técnica da inter-relação entre economia e ecologia, bem como sobre a importância da biodiversidade e dos ecossistemas para os processos de desenvolvimento regionais.</p> <p>Atividade II.2 Elaboração de estudos para análise e avaliação econômica dos serviços ecossistêmicos prioritários como fator de desenvolvimento em nível local e regional, bem como tendências e cenários para o seu desenvolvimento futuro.</p> <p>Atividade II.3 Acompanhamento de processos selecionados de zoneamento e planejamento territorial em nível local e regional para a integração de serviços ecossistêmicos; consultoria técnica, desenvolvimento de instrumentos, apoio à sistematização das lições aprendidas.</p> <p>Atividade II.4 Fortalecimento das plataformas de diálogo entre atores governamentais, privados e da sociedade civil para a negociação de prioridades de desenvolvimento com base na avaliação dos serviços ecossistêmicos prioritários.</p> <p>Atividade II.5</p>			

Desenvolvimento e implementação de estratégias de comunicação para a sensibilização de formadores de opinião e tomadores de decisão da sociedade civil, do setor público e privado nas regiões.

Atividade II.6

Assessoria na estruturação e adaptação de programas estaduais para valoração e compensação dos serviços ecossistêmicos e sua interação com os mecanismos de controle governamental.

Atividade II.7

Processamento sistemático e difusão das experiências de implementação e boas práticas, derivação de recomendações de ação para políticas públicas e atuação empresarial, apoio ao intercâmbio de experiências entre as regiões.

Marcos (milestones) no âmbito do Output II

Marco II.1: Capacidades para a abordagem de integração dos serviços ecossistêmicos / TEEB estão estruturadas e disponíveis para a avaliação de chances e riscos nas decisões de investimento (12/2014, 12/2015, 12/2016 e 12/2017).

Marco II.2: Processos de desenvolvimento regional em curso com oportunidade de inserção de SE são identificados e assessorados (03/2016, 03/2017 e 03/2018).

Output III: Pequenas e médias empresas selecionadas integram serviços ecossistêmicos em seus processos econômicos.

Indicadores no âmbito do Output III

Indicador III.1: Pelo menos 05 federações estaduais da indústria brasileira dispõem de programas de treinamento institucionalizados para a integração de serviços ecossistêmicos nas decisões de investimento, gestão e relatórios de negócios e orientam suas empresas associadas.		
Unidade Programas de treinamento	Linha de base no início do projeto Não existem programas de treinamento para a integração de serviços ecossistêmicos nas federações regionais da CNI	Valor alvo e data para atingir a meta No âmbito do projeto foram criados e disponibilizados programas de treinamento para implementação em, no mínimo, 5 federações estaduais da indústria até 07/2018.
Fontes de dados, métodos e fontes de verificação <i>Relatórios anuais das federações regionais e empresas- Documentação de projetos, material de comunicação e pesquisas de opinião das federações regionais e empresas).</i>		
Indicador III.2: Pelo menos 05 federações estaduais da indústria brasileira fazem recomendações sobre a quantificação de serviços ecossistêmicos nos balanços das empresas.		
Unidade Diretriz para Relato e Divulgação	Linha de base no início do projeto Não existe nenhuma federação estadual da indústria brasileira que faz recomendações sobre a	Valor alvo e data para atingir a meta 5 Federações Estaduais da indústria divulgam diretrizes para empresas reportarem a integração dos SE até julho 2017.

pelas Federações	quantificação de serviços ecossistêmicos nos balanços das empresas.	
<p>Fontes de dados, métodos e fontes de verificação</p> <p><i>Documentação de projetos, material de comunicação e pesquisas de opinião das federações estaduais e empresas</i></p>		
<p>Atividades no âmbito do Output III</p> <p>Componente (AP III): Pequenas e médias empresas selecionadas integram serviços ecossistêmicos em seus processos econômicos.</p> <p><i>Parceiros: CNI com suas federações regionais e empresas associadas, estados e municípios selecionados, MMA.</i></p> <p>Atividade III.1</p> <p>Sistematização e avaliação das abordagens metodológicas e impactos de mecanismos de compensação e incentivo privados e públicos existentes no Brasil (p.ex., programas estaduais de compensação, ICMS Ecológico).</p> <p>Atividade III.2</p> <p>Análise e avaliação de serviços ecossistêmicos prioritários em nível de administração de empresas para integração nos processos de produção e planejamento empresarial (gestão de risco, inovação, novos modelos de negócios e planejamento de investimentos) e sua contribuição para a geração local e regional de valor agregado.</p> <p>Atividade III.3</p> <p>Elaboração de instrumentos, critérios e de um plano de ação para a integração de aspectos da biodiversidade na prática de administração de empresas e na cadeia de valor agregado.</p> <p>Atividade III.4</p> <p>Fomento à troca de conhecimentos e experiências no desenvolvimento e implementação de instrumentos concretos para a integração de serviços ecossistêmicos no setor privado; organização de um Workshop internacional sobre o tema.</p> <p>Atividade III.5</p> <p>Fomento ao processo de diálogo ente atores públicos e privados para a articulação de medidas, regras de procedimento e indicadores para a integração de serviços ecossistêmicos na atuação empresarial e nas cadeias de valor agregado.</p> <p>Atividade III.6</p> <p>Desenvolvimento e fomento de critérios e indicadores, além de mecanismos de certificação de incentivo público, como estrutura de incentivo para as empresas.</p> <p>Atividade III.7</p> <p>Sensibilização e formação continuada dos atores-chave do setor público e privado das áreas financeira e de crédito quanto a investimentos que levam em consideração o valor do capital natural.</p> <p>Atividade III.8</p> <p>Sensibilização e treinamento dos quadros técnicos e multiplicadores das Federações Estaduais da Indústria para integração da temática TEEB em seus próprios programas de formação.</p>		

Marcos (milestones) no âmbito do Output III

Marco III.1: Conteúdos técnicos e abordagens pedagógicas são selecionados e adequados ao contexto dos processos de gestão empresarial (06/2016 e 03/2017).

Marco III.2: Métodos para a valoração de SE e relatoria são desenvolvidos e adequados para o setor empresarial. (03/2015, 03/2016 e 06/2017).

Output IV: Atores-chave aplicam métodos e instrumentos para a implementação de Contas Econômicas Ambientais de Água e Floresta e o seu uso no planejamento e análise de políticas.

Indicadores no âmbito do Output IV

Indicador IV.1: IBGE, MMA, SFB e ANA dispõem dos dados necessários para a elaboração de contas econômicas ambientais de água e floresta em uma região.

Unidade	Linha de base no início do projeto	Valor alvo e data para atingir a meta
Dados sobre recursos hídricos e florestais	Estoque físico de água (=1), fluxo físico para água (= 0), estoque e fluxo monetário para água (= 0), estoque e fluxo físico para floresta (= 0)	Estoque físico de água (=1), fluxo físico para água (= 1), estoque e fluxo monetário para água (= 2), estoque e fluxo físico para floresta (= 2) até 07/2018

Fontes de dados, métodos e fontes de verificação

Relatórios oficiais e estatísticas das instituições parceiras, bancos de dados das instituições parceiras.

Indicador IV.2: Uma conta econômica ambiental para água e/ou floresta é aplicada como exemplo em uma região.

Unidade	Linha de base no início do projeto	Valor alvo e data para atingir a meta
Contas econômicas ambientais	Não existem contas econômicas ambientais para água e/ou floresta	Uma conta econômica ambiental para água e/ou floresta é criada até 07/2018.

Fontes de dados, métodos e fontes de verificação

Relatórios oficiais e estatísticas das instituições parceiras, bancos de dados das instituições parceiras.

Atividades no âmbito do Output IV

Componente (AP IV): Atores-chave dispõem de métodos e instrumentos para a implementação de contas econômicas ambientais de água e floresta e o seu uso no planejamento e análise de políticas.

Parceiros: IBGE, ANA, SFB e MMA.

Atividade IV.1

Medidas de capacitação (cursos, workshops, seminários e treinamento) para colaboradores do IBGE, ANA, MMA, SFB e outros atores relevantes para o desenvolvimento e análise de contas econômicas ambientais na base da abordagem SEEA ("System of Environmental and Economic Accounting").

Atividade IV.2

Assessoria técnica para o IBGE e atores relevantes para o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação de contas econômicas ambientais de água e floresta.

Atividade IV.3

Assessoria técnica para a discussão e o desenvolvimento metodológico de uma “conta de ecossistemas” e sua possível implementação.

Atividade IV.4

Apoio ao desenvolvimento e à aplicação de uma experiência-piloto com contas econômicas ambientais de água e/ou floresta em uma região (bacia hidrográfica/estadual/nacional).

Atividade IV.5

Apoio ao IBGE no desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para a divulgação dos resultados das contas de água e floresta (elaboração de relatórios científicos, policy briefs, organização de diálogos políticos e eventos internacionais).

Atividade IV.6

Fortalecimento das capacidades institucionais do Comitê Interministerial de Contas Econômicas Ambientais da Água.

Atividade IV.7

Apoio na formalização e estruturação do Comitê Interministerial de Contas Econômicas Ambientais das Florestas e a promoção de suas capacidades institucionais.

Atividade IV.8

Apoio à troca de conhecimento e experiência no nível nacional e internacional com instituições em países que dispõem de experiências com as contas econômicas ambientais e de indicadores sustentáveis (Alemanha, Austrália, Canadá, Colômbia, Peru, Costa Rica, Guatemala e México), por meio de viagens técnicas e eventos de divulgação e capacitação.

Atividade IV.9

Promoção do diálogo Ciência-Prática e do intercâmbio com organizações internacionais (UNEP-WCMC, UNSD, WAVES, Banco Mundial, iniciativa PEI, CEPAL, entre outras).

Marcos (milestones) no âmbito do Output IV

Marco IV.1: As lacunas nos dados estão identificadas e os métodos de levantamento estão definidos (03/2016 e 09/2016).

Marco IV.2: Dados de estoque e fluxo necessários para uma conta econômica ambiental de recursos hídricos e/ou florestais em uma região de projeto selecionada foram compilados e sistematizados (06/2018).

Marco IV.3: IBGE, MMA, ANA e SFB contam com uma estratégia de comunicação para a divulgação dos resultados das contas de água e floresta (até 09/2016)

Os recursos adicionais disponibilizados para o projeto devem ser utilizados para as seguintes finalidades:

- Intensificação das atividades de assessoria para a integração de serviços ecossistêmicos na gestão de programas e políticas públicas ambientais em nível federal, estadual e municipal;
- Aumento da oferta de medidas de *Capacity Development* na área de proteção e recuperação da biodiversidade, integração de serviços ecossistêmicos nos processos de planejamento, instrumentos econômicos

	<p>para a conservação da biodiversidade (<i>Payment for Environmental Services</i> - PES) bem como avaliação econômica de serviços ecossistêmicos em todos os níveis de governança (federal, estadual, municipal);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão dos aspectos econômico-ambientais no setor financeiro para avaliação dos custos de capital e das empresas (investimentos, créditos); • Concepção adicional de processos e execução de cursos de capacitação específicos para o pessoal técnico e de chefia em empresas e entidades do setor empresarial para a consideração dos serviços ecossistêmicos na gestão empresarial, particularmente em vista das análises de risco e de rentabilidade e suas possíveis consequências no setor financeiro (bancos privados e bancos de desenvolvimento, Banco Central do Brasil) e do setor de seguros (seguradoras e resseguradoras); • Estruturação reforçada e manutenção das redes, plataformas de diálogo e parcerias estratégicas para a) elaboração de instrumentos, b) desenvolvimento de abordagens e c) difusão de lições aprendidas e mecanismos eficientes para a integração dos serviços ecossistêmicos nos processos de desenvolvimento regional (elevação do efeito de ganho de escala). 																		
<p>4.2.6. Indicadores padrão para o levantamento agregável de impactos</p>	<p>Indicadores de ação</p> <p><input type="checkbox"/> AM (<i>Action Mitigation</i>): Redução dos gases de efeito estufa e ampliação dos sumidouros de carbono na região do projeto/programa</p> <table border="1" data-bbox="475 920 1479 1184"> <thead> <tr> <th>Unidade</th> <th>Linha de base Início do projeto</th> <th>Valor alvo Término do projeto</th> <th>Valor alvo para toda a vida útil de uma ação (também após a duração do projeto)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>t CO2 eq</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: center;">.</td> </tr> </tbody> </table> <p><input checked="" type="checkbox"/> AA (<i>Action Adaptation</i>): Número de pessoas diretamente apoiadas pelo projeto com relação à adaptação às consequências das mudanças climáticas ou da conservação do ecossistema.</p> <table border="1" data-bbox="475 1328 1479 2094"> <thead> <tr> <th>Unidade</th> <th>Linha de base Início do projeto</th> <th>Valor alvo Término do projeto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de pessoas</td> <td>0</td> <td>1000 - Capacitações na abordagem ISE e em instrumentos econômicos para conservação com enfoque no setor público [atividades I.1 e II.1] – 130 (nacional)+ 540 (sub-nacional) + 60 (local); - Capacitações na abordagem ISE e em instrumentos econômicos para conservação com enfoque no setor empresarial [atividades I.1 e II.1] – 10 (nacional) + 20 (sub-nacional) + 10 (local)</td> </tr> </tbody> </table>	Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto	Valor alvo para toda a vida útil de uma ação (também após a duração do projeto)	t CO2 eq	0	0	0	.				Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto	Número de pessoas	0	1000 - Capacitações na abordagem ISE e em instrumentos econômicos para conservação com enfoque no setor público [atividades I.1 e II.1] – 130 (nacional)+ 540 (sub-nacional) + 60 (local); - Capacitações na abordagem ISE e em instrumentos econômicos para conservação com enfoque no setor empresarial [atividades I.1 e II.1] – 10 (nacional) + 20 (sub-nacional) + 10 (local)
Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto	Valor alvo para toda a vida útil de uma ação (também após a duração do projeto)																
t CO2 eq	0	0	0																
.																			
Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto																	
Número de pessoas	0	1000 - Capacitações na abordagem ISE e em instrumentos econômicos para conservação com enfoque no setor público [atividades I.1 e II.1] – 130 (nacional)+ 540 (sub-nacional) + 60 (local); - Capacitações na abordagem ISE e em instrumentos econômicos para conservação com enfoque no setor empresarial [atividades I.1 e II.1] – 10 (nacional) + 20 (sub-nacional) + 10 (local)																	

			<p>- Capacitações em integração de SE na gestão empresarial e no setor financeiro [atividade III.7 e III.8] – 5 (nacional) + 20 (sub-nacional) + 170 (local)</p> <p>- Capacitações em metodologias e abordagens de Contas Econômicas Ambientais [atividade IV.1] – 25 (nacional) + 5 (sub-nacional) + 5 (local)</p>												
Percentual de mulheres %	0		51												
<p>Documentação e Publicações do MMA e de outros órgãos e instituições, Documentação do Projeto, Levantamentos/Entrevistas sobre o estado de desenvolvimento das atividades junto aos implementadores.</p>															
<p><input type="checkbox"/> AE (<i>Action Ecosystems</i>): Área dos ecossistemas que será melhorada ou protegida através das ações do projeto.</p>															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Unidade</th> <th>Linha de base Início do projeto</th> <th>Valor alvo Término do projeto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ha</td> <td>0</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>km (litoral)</td> <td>0</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="3"> </td> </tr> </tbody> </table>				Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto	ha	0	-	km (litoral)	0	-			
Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto													
ha	0	-													
km (litoral)	0	-													
<p>Especifique as ações do projeto específicas para os ecossistemas, como: (é possível marcar mais de uma opção)</p> <p><input type="checkbox"/> Recuperação de ecossistemas</p> <p><input type="checkbox"/> Criação ou ampliação de uma unidade de conservação</p> <p><input type="checkbox"/> Aperfeiçoamento da gestão de uma unidade de conservação</p> <p><input type="checkbox"/> Florestamento</p> <p><input type="checkbox"/> Desmatamento reduzido</p> <p><input type="checkbox"/> Outros:</p>															
<p>Em caso de ações voltadas para unidades de conservação, especifique o tipo de unidade de conservação segundo critérios IUCN³ como:</p> <p><input type="checkbox"/> Reserva natural estrita (<i>Strict Nature Reserve</i>)</p> <p><input type="checkbox"/> Área selvagem (<i>Wilderness Area</i>)</p> <p><input type="checkbox"/> Parque nacional (<i>National Park</i>)</p> <p><input type="checkbox"/> Monumento natural (<i>Natural Monument</i>)</p> <p><input type="checkbox"/> Área de manejo de habitat/espécie (<i>Habitat/Species Management Area</i>)</p> <p><input type="checkbox"/> Paisagem/zona marinha protegida (<i>Protected Landscape/Seascape</i>)</p> <p><input type="checkbox"/> Área protegida de manejo de recursos (<i>Managed Resource Protected Area</i>)</p>															

³ Mais informações em:

http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_quality/gpap_pacategories/.

Indicadores de capacidade

CP (*Capacity Policies*): Número de quadros gerais de políticas, novos ou aperfeiçoados, para superação da mudança climática e/ou conservação da diversidade biológica

Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto
Número	0	Total: 15 5 políticas/planos/programas em nível federal (Lei nº 12.651/12 e PLANAVEG, Lei do SNUC, Projeto de Lei de PSA, Estratégia Nacional de Biodiversidade, PPA) [indicador I.1] 6 políticas, planos ou instrumentos de planejamento e/ou gestão ambiental em nível regional-local (sub-nacional e local) [indicadores 0.2 e II.2] 4 políticas/planos/programas setoriais (em nível federal, de estados e/ou municípios) incluindo informações de contas econômicas ambientais [indicador 0.4]

Nível:

global nacional subnacional local

Estimativa de alcance do quadro geral político:

Gases de efeito estufa que são reduzidos/evitados: [t CO_{2eq.}] até 20

Pessoas apoiadas: [Número] até 20

Área dos ecossistemas que são melhorados/protegidos: [ha] até 20

Documentação e publicações do MMA e outras instituições, documentação do projeto, levantamentos/entrevistas conjuntas com os atores sobre o status de desenvolvimento das atividades (como p.ex., no âmbito da Política Nacional de Biodiversidade, do Plano Nacional de Mudanças Climáticas ou do novo Código Florestal)

CI (*Capacity Institutions*): Número de estruturas institucionalizadas ou processos novos ou aperfeiçoados para superação da mudança climática e/ou conservação da diversidade biológica

Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto
---------	------------------------------------	----------------------------------

	Número	0	<p>Total: 9 processos/estruturas institucionalizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processo de construção de normativas de CRAs (associado à Lei nº 12.651/12 e ao PLANAVERG) [indicador I.1] - Processo de construção das diretrizes do ZEE (nível nacional) e de outros instrumentos de planejamento e gestão territorial (sub-nacional e local) [indicadores I.1, II.2] - Processo de construção do PPA federal (nível nacional) [indicador I.1] - Processo de planejamento UCs – Lei do SNUC (nível nacional e sub-nacional) [indicadores I.1, II.1] - Processo de construção programas PSA (nível nacional, sub-nacional e local) [indicadores I.1, II.1] - Processo de integração de BSE em empresas (nível sub-nacional e local) [indicador 0.3] - Programa de formação em BSE nas federações (nível sub-nacional) [indicador III.1] - Apoio à instituição do Comitê Interministerial de Contas Econômicas Ambientais de Floresta (nacional) [atividade IV.7] - Fortalecimento de capacidades (aperfeiçoamento) do Comitê Interministerial de Contas Econômicas Ambientais de Água (nacional) [atividade IV.6]
<p>Nível:</p> <p><input type="checkbox"/> global <input checked="" type="checkbox"/> nacional <input checked="" type="checkbox"/> subnacional <input checked="" type="checkbox"/> local</p>			
<p>Ator que utiliza:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> do setor público <input checked="" type="checkbox"/> do setor privado <input type="checkbox"/> da sociedade civil</p>			
<p>Estimativa do alcance das estruturas e processos:</p> <p><input type="checkbox"/> Gases de efeito estufa que são reduzidos/evitados: [t CO_{2eq}] até 20</p> <p><input type="checkbox"/> Pessoas apoiadas: [Número] até 20</p>			

Área dos ecossistemas que são melhorados/protegidos: [ha] até 20

Documentação e publicações do MMA e outras instituições, documentação do projeto, levantamentos/entrevistas conjuntas com os atores sobre o status de desenvolvimento das atividades.

CM (*Capacity Methods*): Número de instrumentos metodológicos novos ou aperfeiçoados para superação da mudança climática e/ou conservação da diversidade biológica.

Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo Término do projeto
Número	0	Total: 23 - 5 Instrumentos concretos/propostas de ação para integração em 5 políticas /planos /programas federais (nível nacional) (método do ISE melhorado e adaptado para o contexto das PPP) [indicador I.1] - 6 Métodos/propostas de ação para integração em 6 políticas/planos/programas nos níveis sub-nacional e local (método do ISE melhorado e adaptado para o contexto das PPP) [indicadores 0.2, II.1 e II.2] - 10 Modelos replicáveis de valoração para aplicação por empresas (métodos de valoração econômica aperfeiçoados para aplicação no contexto empresarial) [indicadores 0.3 e I.2] - 1 Modelo com diretrizes de relato de externalidades ambientais para empresas (modelo novo) [indicador III.2] - 1 Método de análise de risco e retorno de investimentos empresariais, considerando risco e retorno de investimentos (método novo) [atividade I.9]

Nível:

global nacional subnacional local

Ator que utiliza:

	<input checked="" type="checkbox"/> do setor público <input checked="" type="checkbox"/> do setor privado <input type="checkbox"/> da sociedade civil Estimativa de alcance dos métodos/instrumentos: <input type="checkbox"/> Gases de efeito estufa que são reduzidos/evitados: [t CO ₂ eq.] até 20 <input type="checkbox"/> Pessoas apoiadas: [Número] até 20 <input type="checkbox"/> Área dos ecossistemas que são melhorados/protegidos: [ha] até 20 Documentação e publicações do MMA e outras instituições, documentação do projeto, levantamentos/entrevistas conjuntas com os atores sobre o status de desenvolvimento das atividades.
4.2.7 Riscos e avaliações	<p><u>Risco 1:</u> As margens de ação do Ministério do Meio Ambiente perante outros ministérios influentes são pequenas e frequentemente as prioridades são condicionadas pela conjuntura. Questões ambientais ainda estão sub representadas nos setores econômicos chave. Os processos de negociação planejados para a iniciação de instrumentos de estímulo econômico para a proteção e uso sustentável da biodiversidade podem se revelar mais complexos e demorados do que esperado, devido a divergências de prioridades entre os atores chave. Existe o risco de que a ratificação de leis e sua regulamentação de execução, assim como outras abordagens programáticas, sejam retardadas tanto em nível nacional como também estadual e municipal.</p> <p><u>Avaliação do risco:</u> alto</p> <p><u>Estratégia de minimização dos riscos:</u> O projeto se insere no processo nacional TEEB do Brasil, que além do Ministério do Meio Ambiente também envolve o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Fazenda, a Confederação Nacional da Indústria Brasileira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e instituições da sociedade civil. Uma estrutura gestora formada pelas instituições relevantes e uma articulação contínua entre elas deve acompanhar o projeto em sua concepção e implementação, elaborar planejamentos de médio prazo e promover um trabalho multissetorial contínuo. O interesse existente e a atual relevância do tema, além de uma base de dados fundamentada baseada no SICEA, bem como as formas de cooperação já presentes entre os diversos atores, contribuem adicionalmente para uma minimização dos riscos (possibilidade de influência: média).</p> <p><u>Risco 2:</u> Muitas vezes as questões ambientais estão no campo de tensão entre os interesses políticos e econômicos de curto prazo contra as estratégias de sustentabilidade de longo prazo. Grupos de interesse do setor político e econômico, que a curto prazo não são beneficiados pela integração dos serviços ecossistêmicos, podem bloquear processos ou tentar fomentar as clássicas estratégias de desenvolvimento de efeito contrário (agronegócio, megaprojetos de infraestrutura, etc.). Neste contexto também pode haver ressalvas da indústria e outros setores como a agricultura, que em muitos lugares assumem uma postura crítica ou negativa quanto ao seu próprio engajamento.</p> <p><u>Avaliação do risco:</u> alto</p> <p><u>Estratégia de minimização dos riscos:</u> Com o apoio do projeto os valores da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, tais como informações baseadas nas Contas Econômicas Ambientais, são divulgados como fator econômico junto a outros setores políticos, com a oferta de propostas dirigidas de diálogo e cooperação. O projeto apoia ativamente a cooperação com o setor econômico. Os projetos-piloto locais e regionais planejados têm um papel central para o aumento da aceitação na implementação da abordagem TEEB. Estes possibilitam o aprendizado na prática e podem, através da demonstração de sua viabilidade e de seus efeitos socioeconômicos e ecológicos positivos, alavancar processos de mudança mais abrangentes. O acompanhamento de processos com múltiplos <i>stakeholders</i> e uma estreita aliança entre estado, setor econômico e sociedade civil devem assegurar uma ampla aceitação social, que por sua vez exerce influência nas decisões políticas (possibilidade de influência: média).</p> <p><u>Risco 3:</u> A avaliação de serviços ecossistêmicos frequentemente é equiparada à monetarização da natureza. Discussões de cunho ideológico podem, em casos isolados, gerar efeitos indesejados e até levar a uma postura negativa. Em muitos lugares, a combinação entre instituições e instâncias de controle local fracas pode</p>

	<p>fazer com que avaliações do capital natural sejam interpretadas de modo equivocado ou mal compreendidas.</p> <p><u>Avaliação do risco: médio</u></p> <p><u>Estratégia de minimização dos riscos:</u> O projeto trata do tema deste risco potencial no âmbito das campanhas de treinamento e formação continuada, bem como através de estratégias de sensibilização. Neste contexto é realçada a importância dos cálculos econômicos como meio de incentivo ao diálogo com os setores da economia. Adicionalmente aos valores socioeconômicos também são considerados os valores culturais e espirituais da biodiversidade. A escolha dos métodos de avaliação adequados inclui o contexto sociocultural das respectivas regiões. Uma estratégia de comunicação para a difusão dos resultados do Sistema Integrado de Contas Econômicas Ambientais, dirigida particularmente aos tomadores de decisão, irá contribuir cada vez mais para colocar em evidência o potencial econômico destes recursos naturais para o PIB nacional e para o desenvolvimento do país perante parcelas progressivas da sociedade (possibilidade de influência: média).</p>
<p>4.3 Co-benefícios e salvaguardas</p>	
<p>4.3.1 Contribuição para o desenvolvimento econômico, social e ecológico (co-benefits)</p>	<p>O desenvolvimento econômico-social de médio e longo prazo do Brasil depende, em grau considerável, da conservação da diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos por ela prestados.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A avaliação dos serviços ecossistêmicos e sua integração nos processos de negociação política aumenta a sensibilidade e o conhecimento relativo à importância da biodiversidade e de ecossistemas intactos para o desenvolvimento econômico-social. ▪ Através do acesso aos mecanismos de compensação (entre outros, PSA, REDD+) os serviços ecossistêmicos podem ser financiados. Um projeto de lei correspondente foi aprovado pelo congresso brasileiro em 2012. Iniciativas estaduais já existentes apoiam a abordagem segundo a qual pagamentos compensatórios podem ser utilizados também para medidas de desenvolvimento social. Assim são criados estímulos econômicos que contribuem para a melhoria das condições de vida das pessoas. ▪ O sistema governamental de transferência de renda Bolsa Verde - já aprovado e atualmente em processo de estruturação - está focado especificamente nas necessidades da população de baixa renda. Ele tenta conciliar a proteção da biodiversidade com as metas de combate à pobreza. O projeto apoia a concepção e implementação desta e de outras iniciativas de cunho similar. ▪ Medidas de inclusão social são apoiadas, entre outros, através da inserção dos valores culturais e espirituais dos ecossistemas. A abordagem da sociobiodiversidade valoriza produtos tradicionais de grupos locais (p. ex., de comunidades extrativistas), de modo que na formação de preços no âmbito das cadeias de valor agregado, ou através de mecanismos de mercado juntamente com subvenções governamentais, isto se reflete em uma minimização dos riscos para a população. ▪ A economia do Brasil depende fortemente da conservação e do uso sustentável dos seus recursos naturais. Através da introdução do SICEA e do consequente aprimoramento da disponibilidade de informações, os tomadores de decisão estão capacitados para identificar e implementar as ações necessárias que contribuem para o desenvolvimento sustentável (inclusive seus custos e linhas de financiamento), bem como para monitorar seus efeitos. <p>Em quais vertentes do desenvolvimento sustentável se enquadram os co-benefícios apresentados?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Social <input checked="" type="checkbox"/> Ecológica <input checked="" type="checkbox"/> Econômica</p>
<p>4.3.2 Garantia de padrões sociais e ecológicos (Safeguards)</p>	<p>A abordagem multissetorial e as atividades do projeto (treinamentos e formação continuada, processos de diálogo, elaboração de estratégias para a integração de serviços ecossistêmicos, etc.) são estruturadas com base na participação ativa da população local e indígena, conforme o caso. Além dos valores socioeconômicos,</p>

	<p>através do projeto também são promovidos os valores culturais e espirituais da biodiversidade e dos ecossistemas, assim como sua importância para os processos de desenvolvimento regional. O fortalecimento das políticas públicas para o fomento à geração local sustentável de valor agregado, através da integração de serviços ecossistêmicos, também irá gerar benefícios para estes grupos.</p> <p>O direito internacional dos povos indígenas e outras comunidades locais tradicionais ao <i>Free Prior Informed Consent</i> (Convenção 169 OIT) foi assinado pelo governo brasileiro. Uma estreita relação de intercâmbio com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e suas representações regionais asseguram o absoluto respeito aos direitos destes grupos alvo e promovem os seus interesses no âmbito dos objetivos do projeto.</p>
<p>4.4 Outros aspectos do projeto</p>	
<p>4.4.1 Caráter inovador</p>	<p>Exemplos concretos de implementação em nível local e regional da integração de serviços ecossistêmicos nos processos de decisão têm, tanto no Brasil como em outros países, um forte caráter de modelo a ser seguido. O Brasil possui, em função das abordagens já existentes nesta área, excelentes pré-requisitos para prosseguir com a evolução do instrumental para o TEEB.</p> <p>Inovador é também o arranjo institucional de atores públicos, privados e da sociedade civil para a operacionalização do conceito TEEB, bem como a cooperação entre os setores ambiental e financeiro. Até agora existem poucas plataformas de diálogo suportadas em conjunto por atores públicos e privados, onde são discutidas estratégias concretas para uma Economia Verde na qual proteção da biodiversidade e do clima são consideradas como parte integrante. A aliança entre a CNI e o MMA, ainda relativamente jovem, indica um enorme potencial neste sentido.</p> <p>O tema avaliação da biodiversidade e internalização dos custos gerados pelas mudanças climáticas e degradação ambiental nos cálculos econômicos representam uma inovação metodológica.</p> <p>No lado do setor privado existem no Brasil inúmeras abordagens inovadoras e dinâmicas como p.ex., o novo sistema de certificação LIFE (<i>“Lasting Initiative for Earth”</i>) introduzido em 2009, que pela primeira vez avaliam a iniciativa empresarial de proteção da biodiversidade e promovem critérios e padrões uniformes em âmbito mundial.</p> <p>Fóruns como a bolsa internacional <i>Green Economy Business</i> de São Paulo ou a Bolsa Verde no Rio de Janeiro, com índice proporcionalmente em forte alta nos últimos anos, e a disposição expressa das empresas de se engajar ativamente para a proteção do clima e da biodiversidade no contexto de suas estratégias empresariais, comprovam a grande força inovadora para novos modelos de negócios no Brasil, cujo efeito irradiador vai muito além das fronteiras do país.</p> <p>Em nível mundial, até o momento apenas poucos países em desenvolvimento ou emergentes elaboram regularmente Contas Econômicas Ambientais. Como país emergente, o Brasil pode tornar-se um dos pioneiros nesta área, tanto regional como internacionalmente. Por este motivo, os métodos desenvolvidos e as experiências do projeto para o desenvolvimento e divulgação das Contas Econômicas Ambientais são de grande importância para a discussão política e também científica em nível internacional.</p> <p>Por meio das Contas Econômicas Ambientais da Água e Florestas, o trabalho desenvolvido no projeto leva o tema capital natural para a agenda política e torna-se um catalisador importante para discussões dos atores governamentais e privados quanto às suas estratégias de desenvolvimento, nos diferentes níveis de tomada de decisão.</p>
<p>4.4.2 Ambição e caráter transformador</p>	<p>Contribuições para a proteção do clima (mitigação):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Através do acesso aos mecanismos de compensação (entre outros PSA, <i>Biodiversity offsets</i>) podem ser financiados os serviços ecossistêmicos que prestam uma contribuição importante para a implementação eficiente da estratégia nacional REDD+ e para a proteção do clima mediante a conservação das florestas.

- A transversalização (*Mainstreaming*) das questões relacionadas à biodiversidade e ao clima para outras políticas setoriais (agricultura, turismo, infraestrutura) gera políticas coerentes e contribui para a implementação de planos setoriais de mitigação (*Nationally Appropriate Mitigation Actions - NAMAs*). Associado a isto são esperados impactos na adaptação de outros sistemas de estímulo governamentais e privados para a valoração dos serviços ecossistêmicos, por exemplo através da redução de incentivos inapropriados ou uma implementação eficiente das concessões de crédito, atreladas a metas de combate ao desmatamento.
- As estratégias de proteção e de exploração são balanceadas por meio da internalização das externalidades ambientais, apoiando assim uma gestão sustentável. Assim aumenta-se a capacidade de fixação de carbono.
- O trabalho com a Confederação Nacional da Indústria e suas federações regionais leva à mobilização de recursos privados para iniciativas de proteção do clima, tanto através da redução/prevenção de emissões de gases de efeito estufa causadas pelo desmatamento e degradação florestal (incl. REDD+), como também com a implementação de medidas de redução nas empresas, p.ex., ao longo das cadeias de valor agregado.
- O Brasil apresentou compromisso voluntário internacional de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. O SICEA é um importante instrumento para medição, monitoramento e análise das inter-relações entre bem-estar, serviços ecossistêmicos e políticas de mudanças climáticas, bem como eficiência energética. Especialmente o desenvolvimento das contas de florestas pode fornecer importantes orientações para as políticas de mudanças climáticas na área do combate ao desmatamento e recuperação da vegetação nativa.
- Em termos gerais, com uma ampla sensibilização dos tomadores de decisão e da opinião pública eleva-se a conscientização sobre a relevância do tema proteção do clima.

Contribuições à diversidade biológica:

- O projeto contribui diretamente para a proteção da biodiversidade. A Agenda TEEB está consolidada como uma agenda prioritária na Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. Ela contribui indiretamente para o cumprimento das metas da Convenção sobre Diversidade Biológica. O projeto contribui diretamente para o cumprimento das metas AICHI, principalmente para as metas um a quatro. O componente “Contas Econômicas Ambientais” contribui para o cumprimento das metas de AICHI (e das Metas Nacionais da Biodiversidade 2011-2020, aprovadas pela Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013), principalmente para a meta 2. Com o SICEA o valor econômico dos ecossistemas ganha visibilidade. Assim, as estratégias e políticas para a proteção da biodiversidade, bem como os processos de gestão dos recursos naturais podem ser mais bem apoiados e articulados com iniciativas para o uso sustentável.
- Com argumentos econômicos os componentes e serviços da biodiversidade tornam-se mais evidentes. Assim, as estratégias e políticas para a proteção da biodiversidade, bem como os processos para a conservação dos recursos e fortalecimento do equilíbrio ecológico, podem ser apoiadas e harmonizadas com outras iniciativas de uso sustentável.
- No âmbito dos mecanismos de compensação também ocorre uma contribuição para os objetivos de uma repartição justa dos benefícios. A lei *Access and Benefit Sharing (ABS)*, atualmente em elaboração, orienta as intervenções de ação.

Contribuições para a adaptação às mudanças climáticas:

- Ecossistemas intactos assumem um papel importante e de alta eficiência econômica na prevenção de riscos em consequência de eventos climáticos extremos, como p.ex., a estabilização de encostas em caso de deslizamentos de terra ou, em caso de inundações, como proteção natural da margem de cursos de água através da vegetação. A avaliação e internalização destas

	<p>funções reguladoras dos ecossistemas contribui para uma redução de danos e funciona como prevenção de baixo custo em caso de catástrofes naturais que, em muitos lugares, vêm se intensificando devido às mudanças climáticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A consideração dos custos da destruição ambiental, incluindo os custos de adaptação às mudanças climáticas, presta uma importante contribuição para o planejamento de longo prazo e, acima de tudo, leva à priorização das medidas de adaptação nas respectivas regiões. O SICEA é um instrumento importante para registrar sistematicamente os efeitos das mudanças climáticas nos ecossistemas e oferece aos tomadores de decisão informações e orientação para a formulação e implementação das estratégias de adaptação. Da mesma forma, através da difusão das abordagens de gestão sustentável dos recursos, ocorre um aumento da resiliência em relação aos impactos das mudanças climáticas. A vulnerabilidade da população local perante as mudanças climáticas é reduzida através de políticas adaptadas que consideram a importância dos serviços ecossistêmicos. ▪ O desenvolvimento de contas para recursos naturais que são fortemente afetados pelas mudanças climáticas, como a água, fortalece a consciência para a necessidade de uma gestão sustentável deste recurso, adaptada às mudanças climáticas. A situação de escassez hídrica que o Brasil atravessa atualmente, bem como as faltas de energia cada vez mais frequentes devido ao baixo nível da água nas represas, são fortes argumentos para uma mobilização dos tomadores de decisão e da sociedade civil sobre o tema. Isto aumenta a probabilidade da inclusão de políticas multissetoriais de adaptação às mudanças climáticas que levem em consideração a importância dos serviços ecossistêmicos.
<p>4.4.3 Garantia de sustentabilidade após o período de financiamento</p>	<p>O projeto apoia os esforços próprios do governo brasileiro. A valoração e importância do tema capital natural e serviços ecossistêmicos goza de crescente prioridade nos diversos órgãos de governo, chegando ao ápice no final de 2014 devido à crise de água e energia no sudeste do país. A elevada participação do governo, as respectivas decisões institucionais e orçamento próprio asseguram a sustentabilidade das medidas.</p> <p>A inserção do projeto no amplo processo TEEB brasileiro, a grande importância que é atribuída ao tema por diversos setores e diferentes níveis, bem como a consolidação das lições aprendidas nas políticas públicas e privadas, asseguram a sustentabilidade após o término do fomento.</p> <p>Uma estrutura de parcerias diversificada, bem como o trabalho em diferentes níveis, amplia a escala de eficiência e minimizam os riscos e dependências prejudiciais à sustentabilidade. O fortalecimento das parcerias público-privadas mobiliza recursos financeiros do setor privado e apoia o desenvolvimento de novas linhas de financiamento, o que por sua vez contribui para a sustentabilidade das medidas.</p> <p>O projeto se estrutura sobre redes já existentes, de modo que a segurança institucional das medidas é assegurada. A parceria mantida entre o MMA e a CNI, bem como a Câmara de Negócios e Biodiversidade, possuem o potencial de funcionar como plataformas estratégicas para a consolidação de novas <i>Public Private Partnerships</i> (PPP) na área de proteção da biodiversidade e do clima.</p> <p>O trabalho de comunicação e formação de redes do projeto é dirigido aos tomadores de decisão na política, setor econômico e sociedade, de modo a continuar consolidando o tema na agenda política nacional e apoiar gradualmente mudanças de comportamento. São criados fundamentos que asseguram os pré-requisitos para uma transformação social voltada para um manejo mais responsável da biodiversidade e recursos naturais.</p> <p>Finalmente, o papel ativo do Brasil como um importante ator no enfrentamento de desafios globais, como a proteção do clima e da biodiversidade, de modo complementar aos esforços nacionais também é utilizado para aproveitar da melhor forma possível sinergias com novas iniciativas internacionais relacionadas ao tema (p.ex., UNEP na área de TEEB e Contas Econômicas Ambientais, solicitação GEF <i>Green Economy</i> e biodiversidade em preparação). Isto contribui, adicionalmente, para uma implementação em larga escala das experiências adquiridas através do projeto.</p>

<p>4.4.4 Visibilidade do projeto</p>	<p>A Agenda TEEB no Brasil, na qual o projeto se insere, goza de relevância política no Ministério do Meio Ambiente. Numerosas consultas de cooperação de outros setores (p.ex., Ministério da Agricultura, Ministério das Cidades, Ministério do Turismo) comprovam que o tema possui potencial para se tornar um veículo de articulações interministeriais. Isto assegura uma alta visibilidade, que vai além dos clássicos “atores ambientais”.</p> <p>O Brasil está fortemente engajado nas negociações internacionais no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica e Mudanças do Clima, bem como na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O projeto é dirigido pelos respectivos <i>Focal Points</i> das convenções no Ministério do Meio Ambiente, de modo integrado aos processos existentes, por exemplo, para a configuração da política brasileira REDD+ bem como para a elaboração de um plano de ação para a implementação das metas AICHI. Um intercâmbio ativo de experiências com outras iniciativas internacionais na área TEEB é parte integrante do projeto. Isto assegura uma altíssima visibilidade do projeto, tanto no contexto nacional como em nível internacional.</p> <p>As Contas Econômicas Ambientais colocam o tema capital natural na discussão sobre o orçamento e planejamento estratégico do país. Elas também fornecem argumentos para o desenvolvimento de programas de incentivo à conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Além disso, elas demonstram para a sociedade os potenciais econômicos que estes recursos naturais representam para o desenvolvimento do país. A visibilidade do novo componente também está associada à escolha estratégica da água (e florestas) para a produção de informação advinda das Contas Econômicas Ambientais. Isto se deve ao fato de que para a sociedade civil e tomadores de decisão a água é um serviço ecossistêmico tangível, o que leva a uma discussão fundamentada e mais concreta. Esta tendência é reforçada pelo momento que o país atravessa de assimetrias na disponibilidade de água em seu território, bem como pelo aumento da frequência de eventos climáticos extremos, como enchentes e períodos de seca.</p> <p>Um evento esportivo de grande porte como a Olimpíada marcada para 2016 coloca o Brasil novamente sob os holofotes da atenção internacional. As metas governamentais declaradas de neutralização do CO₂gerado pelos eventos, bem como as esperadas medidas de compensação para a proteção e recuperação de áreas de floresta natural, oferecem ótimos pontos de vinculação para o projeto. Atrelado a isto está a grande visibilidade proporcionada às medidas.</p>
<p>4.4.5 Mecanismos para a mobilização de investimentos privados em medidas de proteção do clima e da biodiversidade</p>	<p>Parte integrante conceitual do projeto é a cooperação com empresas para a identificação, avaliação e remuneração monetária dos serviços ecossistêmicos nas decisões de investimentos do setor privado. Esta abordagem estratégica será implementada de forma objetiva com a Confederação Nacional da Indústria Brasileira - CNI e suas federações regionais. Adicionalmente, o projeto ainda promove os seguintes mecanismos para a mobilização de investimentos privados em medidas de proteção do clima e da biodiversidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos: Na implementação de programas de PSA (pagamento por serviços ambientais) em nível regional-local são incentivados arranjos institucionais que incluem o setor privado e empresarial como beneficiários dos serviços ecossistêmicos (água e carbono). Além disso, um apoio do projeto à regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) como um instrumento econômico-ambiental em nível federal e regional-local tem o potencial de conquistar também investidores privados com requisitos de <i>Compliance</i> Ambiental para este instrumento de compensação previsto no novo Código Florestal. 2. Cooperação com fundações para o meio ambiente de empresas privadas: Cooperação com fundações que atuam com objetivos similares na proteção do clima e da biodiversidade, em iniciativas para a promoção da diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos, como por exemplo a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. 3. Parcerias de desenvolvimento com o setor privado (PDSP): Apoio a parcerias com empresas privadas que exercem uma influência positiva

	sobre a utilização sustentável dos serviços ecossistêmicos e estão dispostas a contribuir financeiramente para a sua conservação.
--	---

5 Interação com projetos da cooperação internacional e outros aspectos relevantes	
5.1 Sinergias e relações com outros projetos e setores relevantes (da cooperação alemã e internacional)	<p>O projeto se beneficia da experiência adquirida em mais de 20 anos de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento com o Brasil no setor ambiental. Sinergias resultam dos diversos projetos em andamento do Programa Florestas Tropicais, bem como do portfólio sob a responsabilidade do BMUB (Proteção do Clima e da Biodiversidade na Mata Atlântica, Combate a Incêndios no Cerrado), bem como no portfólio sob a responsabilidade do BMZ na Amazônia (Cadastro Ambiental, Regularização Fundiária na Amazônia –Terra Legal, Desenvolvimento Sustentável, Mercados Verdes e Financiamento Ambiental). Um entrelaçamento estreito resulta principalmente nos temas pagamento por serviços ambientais e na respectiva plataforma de aprendizagem, nas abordagens do zoneamento econômico-ecológico e ordenamento territorial, bem como no fomento da cadeia de valor agregado da sociobiodiversidade e parcerias de desenvolvimento com o setor privado.</p> <p>No âmbito dos projetos piloto surgem possibilidades de cooperação com ações locais de desenvolvimento do Programa Florestas Tropicais na Amazônia. Adicionalmente o instrumental de <i>Human Capacity Development</i> da GIZ, especialmente na área de treinamento e formação continuada de quadros técnicos e lideranças (<i>change agents</i>) é utilizado para a consolidação de plataformas de diálogo e conhecimento.</p> <p>Finalmente, o projeto aproveita a Agenda TEEB internacional como quadro de referência. Já existem estreitas relações de intercâmbio que deverão ser intensificadas no âmbito do projeto. Um intercâmbio sistemático de lições e experiências com outros países e iniciativas internacionais - p. ex. a “<i>Green Economy Coalition</i>” - ou abordagens na área de Contas Econômicas Ambientais (SEEA) são parte integrante do projeto. Potencial para sinergias existe, em particular, em relação ao projeto “TEEB Orinoquia” na Colômbia nas áreas integração de serviços ecossistêmicos em processos locais e regionais de desenvolvimento, transversalização (<i>mainstreaming</i>) do tema em políticas Intersectoriais (agricultura), fortalecimento de capacidades de atores-chave na valoração de serviços ecossistêmicos, fomento de processos interinstitucionais de articulação e plataformas de diálogo, como também a divulgação e o <i>upscaling</i> de informações e critérios para tomadores de decisão públicos e privados para um alinhamento das suas políticas e processos de produção empresarial orientados para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Outros efeitos de sinergia resultam em relação ao projeto global „<i>Private Business Action for Biodiversity</i>“, na cooperação com o setor empresarial para integrar serviços ecossistêmicos na produção e práticas econômicas, na preparação e teste-piloto de ferramentas, processos e métodos para promover o investimento privado em biodiversidade e no seguinte <i>upscaling</i> das experiências de aprendizagem para influenciar positivamente o quadro político, como também nas interfaces <i>capacity development</i> e gestão de conhecimento em plataformas e redes nacionais e internacionais. No âmbito internacional o tema Contas Econômicas Ambientais no Brasil é apoiado pela Divisão de Estatística (UNSD) e pelo Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e constitui parte da Iniciativa WAVES do Banco Mundial.</p>
5.2 Gestão de conhecimentos nos projetos IKI	<p>Interlocutor para o tema gestão de conhecimentos é o AV do projeto.</p> <p>A estrutura gestora do projeto, a qual foi montada juntamente com os parceiros e incluindo outros atores relevantes, cria transparência no manuseio de informações e conhecimentos no contexto do projeto. Ela prevê reuniões de trabalho regulares para a troca de informações e define a cooperação no planejamento operacional, a execução das atividades e rotinas de comunicação, bem como os níveis de ação dos diferentes atores. O planejamento e a priorização das atividades, a elaboração de uma estratégia de monitoramento e a atualização regular do plano anual de operações são processos participativos que se orientam por indicadores para que as metas do projeto sejam atingidas. Os produtos e resultados são elaborados em conjunto e divididos entre os parceiros. Adicionalmente, um sistema administrativo via processamento eletrônico de dados desenvolvido com base no sistema próprio do MMA, irá assegurar o acompanhamento do plano anual de operações do projeto,</p>

bem como monitoramento de impactos, o qual conta com a participação de todos os parceiros envolvidos.

O projeto também disporá de um abrangente plano de comunicação, um dos mais importantes instrumentos para a preparação e difusão de informações, conhecimentos, produtos e competências. A estratégia deste plano contém a identificação dos diversos grupos alvo, bem como a adaptação dos meios de comunicação mais importantes ao perfil de cada grupo de destinatários ou de interesse (atores governamentais, atores privados, sociedade civil). Entre estes está a criação de conteúdos técnicos digitais na Internet que serão disponibilizados em plataformas institucionais (*homepages*) dos parceiros-chave. O projeto prevê ainda, no âmbito de uma estratégia de sensibilização e de *Capacity Development*, a realização de inúmeros eventos como cursos de treinamento e formação continuada, workshops e seminários. Estes servem à gestão de conhecimentos e à articulação conjunta de conteúdos e abordagens, ao fortalecimento das capacidades e para a difusão dos resultados alcançados. Os fóruns institucionais em nível estadual e regional-local (como conselhos do meio ambiente, comitês interinstitucionais, fóruns temáticos, federações das indústrias, etc.) oferecem ao projeto espaço para a disseminação e intercâmbio de informações e conhecimentos. Finalmente, os resultados mais importantes do projeto serão divulgados por meio de publicações (folhetos, manuais e documentos técnicos) e relatórios, *Factsheets* e *Policy Briefs*.

Para a criação de sinergias entre atores envolvidos no tema de economia de ecossistemas e biodiversidade, diferentes iniciativas podem ser elencadas, tais como a iniciativa internacional TEEB, da qual surgiram os diálogos entre países através do “TEEB Dialogue” (www.teebweb.org) e a plataforma ValuES (www.aboutvalues.net). O projeto global ValuES (Métodos de Integração dos Serviços Ecossistêmicos na Política, Planejamento e Prática), financiado pelo BMUB, presta assessoria a profissionais especializados, consultores e tomadores de decisão públicos e privados em diversos países, na tarefa de como levar em consideração os serviços ecossistêmicos nos processos de planejamento e de tomada de decisão. Para isto ele disponibiliza meios de implementação orientados para a prática, promovendo análises comparativas e a transmissão de métodos de avaliação. O projeto TEEB reconhece a importância desse intercâmbio internacional de experiências, contribuindo com a inserção das experiências piloto e métodos brasileiros aprovados para a integração de serviços ecossistêmicos.

Outras cooperações para a criação de sinergias incluem a parceria com a iniciativa “Tendências em Serviços Ecossistêmicos - TeSE” da Fundação Getúlio Vargas (GVces), o acompanhamento técnico do projeto global “*Emerging Markets Dialogue – Green Finance*” da GIZ bem como o acompanhamento de projetos do Banco Mundial (projeto “Avaliação Econômica das Mudanças na Amazônia” e o projeto “WAVES”).

Ademais, o projeto participa de outras plataformas de intercâmbio de experiências, como por exemplo, a *Ecosystem Services Partnership* (ESP), o *International Panel of Biodiversity and Ecosystem Services* (IPBES) e a plataforma global para comércio e biodiversidade da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Na área do componente Contas Econômicas Ambientais, o intercâmbio de conhecimentos e experiências em nível internacional está previsto com diversos países (Alemanha, Austrália, Canadá, Holanda, Colômbia, Peru, Costa Rica, Guatemala e México), bem como com várias organizações internacionais (como *United Nations Environmental Programme- UNEP*, *United Nations Statistical Division – UNSD*, *CEPAL* e *Poverty Environment Initiative – PEI*).

Para a gestão interna de conhecimentos e para o aproveitamento das sinergias no setor “Floresta Tropical” no Brasil, a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável dispõe de inúmeros meios de comunicação e estruturas de articulação entre os projetos apoiados pelo BMUB e BMZ. Entre estes estão a Infoletter Floresta Tropical, *factsheets* e documentos conceituais, bem como reuniões de coordenação realizadas regularmente entre os coordenadores de projeto, grupos de trabalho temático e encontros conjuntos do programa. Espaços de diálogo institucionalizados entre a Cooperação Técnica e a Cooperação Financeira, como reuniões de trabalho regulares em nível de projeto (“*Jour fixe*”) e sessões de estratégias (“*Equipe Temática*”) garantem a articulação e cooperação de ambas as organizações executoras no setor.

<p>5.3 Esclarecimentos sobre recursos próprios/recursos de terceiros/subvenções de terceiros</p>	<p>Os recursos de contrapartida brasileiros para o projeto são estimados em 4,5 milhões de euros. Estes correm principalmente por conta do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Confederação Nacional da Indústria Brasileira (CNI), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos estados/municípios. Uma divisão aproximada destes recursos de terceiros resulta em: MMA: 2,2 milhões de Euros, CNI: 700 mil Euros, IBGE: 900 mil Euros, estados/municípios: 700 mil Euros. Ressaltamos que aqui se trata de uma primeira avaliação grosso modo que no decorrer do projeto início deve ser refinada na medida em que o projeto avança.</p> <p>Possíveis contribuições privadas poderão ser especificadas ao longo da implementação do projeto.</p>
<p>5.4 Outros aspectos relevantes de fomento</p>	<p>O projeto foi aceito nas negociações intergovernamentais de setembro de 2011. O tema “Contas Econômicas Ambientais” foi acordado como quarto componente durante as consultas técnicas da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável em novembro de 2014.</p> <p>Pelo presente confirmamos que a articulação relativa à presente proposta de projeto entre o responsável político e ABC ocorre conforme as disposições da coordenação interministerial do governo brasileiro.</p> <p>O apoio e consultoria técnica ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE na elaboração das Contas Econômicas Ambientais no quadro geral de um Sistema Integrado de Contas Econômicas Ambientais (SICEA) exige um alto grau de expertise técnica especializada nas áreas de estatística e Sistema de Contas Nacionais.</p>

Anexo 1:

Parceiros de execução/subcontratados		
1. Parceiro de execução/ Subcontratado	<input checked="" type="checkbox"/> Parceiro de execução	<input type="checkbox"/> Subcontratado
	Nome	Confederação Nacional da Indústria – CNI
	Departamento	Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade - GEMAS
	CEP, Local	70040-903 - Brasília
	País	Brasil
	Instituição	Setor privado
	Natureza jurídica	Associação
		Utilidade pública: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
	Número total de colaboradores	NN
	Número de colaboradores para o projeto	3
	Ano de fundação	1938
	Movimentação de recursos [€/ano]	NN
	Experiência na região alvo [anos]	70
	Experiência em atividades relevantes para o projeto [anos]	3
2. Parceiro de execução/ Subcontratado	<input checked="" type="checkbox"/> Parceiro de execução	<input type="checkbox"/> Subcontratado
	Nome	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
	Departamento	Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais - CREN
	CEP, Local	20021-120, Rio de Janeiro
	País	Brasil
	Instituição	Pública
	Natureza jurídica	Fundação pública da administração federal brasileira
		Utilidade pública: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
	Número total de colaboradores	10.170
	Número de colaboradores para o projeto	2
	Ano de fundação	1934
	Movimentação de recursos [€/ano]	NN
	Experiência na região alvo [anos]	80
	Experiência em atividades relevantes para o projeto [anos]	5

<p>3. Parceiro de execução/ Subcontratado</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Parceiro de execução</p> <p>Nome</p> <p>Departamento</p> <p>CEP, Local</p> <p>País</p> <p>Instituição</p> <p>Natureza jurídica</p> <p>Número total de colaboradores</p> <p>Número de colaboradores para o projeto</p> <p>Ano de fundação</p> <p>Movimentação de recursos [€/ano]</p> <p>Experiência na região alvo [anos]</p> <p>Experiência em atividades relevantes para o projeto [anos]</p>	<p><input type="checkbox"/> Subcontratado</p> <p>Agência Nacional de Águas - ANA</p> <p>Gabinete da Presidência</p> <p>71200-040 - Brasília</p> <p>Brasil</p> <p>Pública</p> <p>Órgão federal</p> <p>Utilidade pública: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>50</p> <p>1</p> <p>2000</p> <p>NN</p> <p>15</p> <p>10</p>
<p>4. Parceiro de execução/ Subcontratado</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Parceiro de execução</p> <p>Nome</p> <p>Departamento</p> <p>CEP, Local</p> <p>País</p> <p>Instituição</p> <p>Natureza jurídica</p> <p>Número total de colaboradores</p> <p>Número de colaboradores para o projeto</p> <p>Ano de fundação</p> <p>Movimentação de recursos [€/ano]</p> <p>Experiência na região alvo [anos]</p> <p>Experiência em atividades relevantes para o projeto [anos]</p>	<p><input type="checkbox"/> Subcontratado</p> <p>Serviço Florestal Brasileiro - SFB</p> <p>Gerência Executiva de Planejamento Florestal</p> <p>70818-900 - Brasília</p> <p>Brasil</p> <p>Pública</p> <p>Órgão federal</p> <p>Utilidade pública: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>200</p> <p>1</p> <p>2006</p> <p>NN</p> <p>9</p> <p>4</p>